

BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Edição Especial – Grande Loja Maçônica do Estado da Paraíba – Agosto/2022



Antecedentes da
Independência

D. Pedro I, a Maçonaria
e a Independência

A Maçonaria e a
Independência do Brasil

Biografias de
Gonçalves Ledo
e José Bonifácio

José Bonifácio e Gonçalves Ledo:
dois pensamentos na Independência do Brasil



Grande Loja Maçônica do Estado da Paraíba

Rua Severino Massa Spinelli, 390, Tambaú, João Pessoa-PB

(83) 3506-2205

contato@grandelobjapb.org

GRANDES DIGNIDADES



Ailton Elisiário de Souza
GRÃO-MESTRE



Benedito de Andrade Santana
GRÃO-MESTRE ADJUNTO



José Laércio de Souza
GRANDE 1º VIGILANTE



Antonio Gomes Soares
GRANDE 2º VIGILANTE

GRANDES OFICIAIS ADMINISTRATIVOS

José Ednor Varela de Araújo — GRANDE ORADOR
ADJUNTO: Paulo Porcino da Silva

Geraílton Bezerra de Souza — GRANDE SECRETÁRIO DE INTERIOR
ADJUNTO: José Hilton Ferreira da Silva

Jorge Bezerra — GRANDE SECRETÁRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES
ADJUNTO: Nilson Fernandes Thomaz da Silva

Alexandre Eduardo de Araújo — GRANDE SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
ADJUNTO: Márcio Maciel Bandeira

Arturo Fernando Perez Nogales — GRANDE SECRETÁRIO DE AÇÃO SOCIAL
ADJUNTO: José Carvalho Filho

Leônidas Lima Bezerra — GRANDE SECRETÁRIO DE JUSTIÇA
ADJUNTO: Alberto Domingos Grisi Filho

Arquimedes Mariano Pereira — IMPRENSA E COMUNICAÇÃO
ADJUNTO: Jonattas Cavalcante Alves Viana

José Edmar Leal Farias — GRANDE TESOUREIRO
ADJUNTO: Agenor Pessoa de Azevedo Filho

Francisco Pedrosa Gomes — GRANDE PROVEDOR DO PATRIMÔNIO
ADJUNTO: Sebastião da Silva Severiano

FICHA TÉCNICA

Copyright © Grande Loja Maçônica do Estado da Paraíba - GLEPB, 2022
BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Reserva-se aos autores a exclusividade do direito de utilização, publicação ou reprodução desta revista, conforme preceitua o art. 5º, inciso XXVII, da Constituição da República Federativa do Brasil, a Lei Federal nº 4.944, de 06.04.1966, a Lei Federal nº 5.988, de 14.12.1973 – (Lei dos Direitos Autorais – LDA), e a Lei Federal nº 9.610, de 19.02.1990.

– Os artigos são de inteira responsabilidade dos autores.
– Todas as ilustrações contidas nesta publicação foram retiradas da internet.

PROJETO GRÁFICO
Luis Carlos Kehrlé

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
Mídia Gráfica e Editora

Apresentação

Esta é uma edição única da Revista Independência, especialmente elaborada pela Grande Loja Maçônica do Estado da Paraíba, por sua Grande Secretária de Educação e Cultura, para a celebração do Bicentenário da Independência do Brasil, evento de grande magnitude da História do Brasil e da Maçonaria Brasileira.

A Independência do Brasil é um acontecimento histórico de suma importância para a vida nacional. A Maçonaria teve nessa grandiosa história enorme participação, sendo destacadas três figuras principais maçônicas de grande valor, Dom Pedro I, Joaquim Gonçalves Ledo e José Bonifácio de Andrada e Silva. Afora estes maçons, outros estavam engajados no processo de emancipação política do Brasil, a exemplo do jornalista Hipólito José da Costa, cônego Januário da Cunha Barbosa, senador José Clemente Pereira, brigadeiro Domingos Alves Branco Muniz Barreto, dentre tantos.

O Grande Oriente Brasílico tinha como meta específica a Independência. As Lojas Maçônicas Comércio e Artes, União e Tranquilidade e Esperança de Niterói exigiam dos candidatos à iniciação o compromisso com a independência. A imprensa maçônica através de vários jornais, notadamente o Revérbero Constitucional Fluminense, defendiam a ideia da independência.

Havia, porém, duas linhas maçônicas, a Azul, de origem inglesa, capitaneada por José Bonifácio que defendia um Brasil monárquico e constitucional; a Vermelha, de origem francesa, capitaneada por Gonçalves Ledo que defendia um Brasil liberal e republicano. Duas vertentes políticas antagônicas, que tiveram de encontrar um caminho para atingirem seus objetivos.

Ambas se acordaram em torno do príncipe regente para a proclamação da Independência. O Fico pronunciado pelo príncipe em janeiro de 1822, sua iniciação na Maçonaria em agosto e exaltação a Mestre, sua posse como Grão-Mestre em outubro e aclamação como Imperador do Brasil, foram passos construídos pela Maçonaria para a independência do país.

Esta Revista traz, pois, a descrição das ações internas e a luta dos maçons para a realização deste significativo evento histórico. E traz nas páginas escritas pelos nossos irmãos colaboradores, que se dedicaram à pesquisa e análise dos fatos, tecendo aqui seus comentários. Os nossos articulistas dissecam o processo político da independência, dentro e fora dos bastidores maçônicos.

Theodorico Portela trata do cenário político, social e econômico, do Brasil, naquela época. Mostra a situação em que se encontrava o Brasil por ocasião do retorno de Dom João VI a Portugal, a criação do Partido Brasileiro e do Partido Português, que defendiam respectivamente os interesses dos brasileiros e dos portugueses, as exigências das Cortes quanto ao príncipe regente, que culminaram com o rompimento político do Brasil com Portugal.

Márcio Bandeira faz uma exposição do processo político para o alcance da independência, mostrando a existência de duas facções internas dentro do Grande Oriente que se antepunham e pugnavam por interesses divergentes, não obstante se associarem no interesse maior da obtenção da independência. Discorre sobre a origem da maçonaria no Brasil, a imprensa maçônica que antes restrita se expande a partir de 1821 e o fechamento do Grande Oriente pelo Imperador e Grão-Mestre.

Ailton Elisiário expõe inúmeros posicionamentos de escritores e estudiosos da Maçonaria, que con-

vergem para o entendimento e acolhimento da ideia da grande influência política da Maçonaria no processo independentista do Brasil. Demonstra a enorme interferência de Gonçalves Ledo no movimento, pelo planejamento e ousadia de suas ações, apesar do enorme poder político de José Bonifácio e de sua grande amizade com Dom Pedro, o que fez alguns autores considerar não ser José Bonifácio, mas Gonçalves Ledo, o verdadeiro Patriarca da Independência.

Carlos Porto apresenta as biografias de Gonçalves Ledo, um liberal democrático e José Bonifácio, um iluminista autocrático. Dois políticos de ideologias contrárias, dois irmãos maçons que abraçaram a causa da independência. Destaca as ações liberais e republicanas de Gonçalves Ledo, sua paixão pela democracia e seu amor pela liberdade. Expõe o espírito absolutista de José Bonifácio, sua grande influência na política e sua ideia de um Brasil independente, mas intimamente ligado a Portugal.

Alexandre Eduardo traça a biografia de Dom Pedro I, um governante autoritário que desobedecendo a corte portuguesa, resolveu ficar no Brasil e declarou sua independência. Graças a influência da Maçonaria, foi o criador do maior império americano, o Império do Brasil. Dom Pedro foi atraído pela Maçonaria, dentro da qual foi eleito Grão-Mestre, em planos internamente elaborados para conduzi-lo a proclamar a Independência do Brasil.

Não há mais dúvidas, não mais se discute essa questão, hoje pacífica, que a Independência do Brasil foi obra da Maçonaria do Brasil. A Loja Maçônica Comércio e Artes foi cindida em três, com a criação da Loja Maçônica União e Tranquilidade e da Loja Maçônica Esperança de Niterói, dando origem ao Grande Oriente Brasílico, depois Grande Oriente do

Brasil. Na Loja União e Tranquilidade estava Gonçalves Ledo, na Loja Esperança de Niterói estava José Bonifácio.

O Grande Oriente Brasílico assim criado tinha um propósito maior: a Independência do Brasil. Uma das exigências feitas aos candidatos que pretendiam ser iniciados era a declaração de seus sentimentos pela causa do Brasil e da sua independência. No Livro de Juramentos criado para a aposição das assinaturas dos iniciados e iniciandos estava escrito na parte final do Termo de Juramento a “Defesa do Brasil e da sua independência sob os auspícios de seu Augusto Defensor” Dom Pedro.

Temos a imensa alegria de poder oferecer aos irmãos maçons, aos historiadores, aos professores de história, às autoridades civis e militares, às escolas públicas e privadas e às instituições de modo geral, esta Revista da Independência, auspiciada pela Grande Loja Maçônica do Estado da Paraíba, que celebra o Bicentenário da Independência do Brasil e registra vigorosamente o protagonismo da Maçonaria do Brasil, preenchendo a lacuna nos livros didáticos de História do Brasil deste feito da Instituição Maçônica em prol da Liberdade do Brasil.

Não encontramos nos livros didáticos qualquer menção a esta participação da Ordem Maçônica. Encontramo-la sim, em livros de historiadores maçons e não maçons, os quais não os têm indicados sequer como livros paradidáticos. Fica aqui, pois, o resgate deste importante protagonismo maçônico neste significativo evento histórico nacional.

Agradecemos aos nossos colaboradores escritores, que trouxeram grande contribuição com suas pesquisas e às nossas lojas maçônicas, que deram o apoio necessário para a edição histórica desta Revista.

AILTON ELISIÁRIO DE SOUZA¹

¹ O autor é Grão-Mestre da Grande Loja Maçônica do Estado da Paraíba.



SUMÁRIO

Antecedentes da Independência

THEODORICO GOMES PORTELA NETO

Pág. 07

D. Pedro I, a Maçonaria e a Independência

ALEXANDRE EDUARDO DE ARAÚJO

Pág. 09

A Maçonaria e a Independência do Brasil

MÁRCIO MACIEL BANDEIRA

Pág. 14

Biografias de Gonçalves Ledo e José Bonifácio

CARLOS ANTONIO PORTO DE SOUSA

Pág. 23

José Bonifácio e Gonçalves Ledo: dois pensamentos na Independência do Brasil

AILTON ELISIÁRIO DE SOUZA

Pág. 27

Lojas simbólicas da Grande Loja da Paraíba

Pág. 37



Independência ou Morte - Pintura de Pedro Américo (Detalhe) - Imagem retirada da Internet

Antecedentes da Independência

THEODORICO GOMES PORTELA NETO¹

Fixado na ideia de vencer militarmente a Inglaterra, o corso Napoleão Bonaparte, observando o insucesso nas investidas empreendidas até então, muda a estratégia e tenta derrotar economicamente sua maior rival na Europa. Assim, em 1806, ele determina o **bloqueio continental** à ilha Bretanha. Os países europeus estavam, a partir de então, proibidos de manter qualquer relação comercial com a Inglaterra. Portugal, porém, não se curva à determinação de Napoleão; e ele, então, prepara invasão a terras lusitanas.

É a partir desse fato histórico que o processo de emancipação política das “terras de ibirapitanga” se intensificou. De fato, com a invasão da França napoleônica aos domínios do Tejo, a Família Real portuguesa, com a proteção da Inglaterra, embarca para a colônia na América Latina, aqui chegando em 1808.

O Brasil era apenas uma colônia. No entanto, já existiam aqui, antes da chegada da Corte portuguesa, diversas associações “secretas”, a exemplo da “Associação Literária dos Selectos” no Rio (1752), da “Academia dos Renascidos” na Bahia (1759), da “Scientífica” no Rio (1772) e da “Arcádia Ultramarina” também no Rio (1786). Regressando da Europa, o médico, botânico e maçom, Manoel de Arruda Câmara, funda o “Areópago de Itambé”, que, apesar de não ser propriamente uma loja maçônica, era uma sociedade política e secreta. Posteriormente, foram fun-

dadas a “Academia de Suassuna”, em 1802, na cidade do Cabo, e a “Academia do Paraíso”, em Recife. No Rio de Janeiro, em 1801, é fundada a loja maçônica “Reunião”.

É importante registrar que, em 30.03.1818, D. João VI baixa o Alvará que **proibia toda e qualquer sociedade secreta em Portugal** e nos seus domínios, que, por óbvio, incluía o Brasil. No caso, a participação nas referidas sociedades passou a ser considerada crime de lesa-majestade.

A Família Real partiu às pressas de Lisboa, deixando o exército francês do General Junot, literalmente, “a ver navios”. Há fato pitoresco nessa fuga. Dona Maria I, chamada de “a louca”, ao ver aquela movimentação para sair de Lisboa, teria dito, em momento de rara lucidez: “não corram tanto, vão pensar que estamos a fugir”.

Chegado ao Brasil, o Príncipe Regente, D. João, entendeu a necessidade de melhorar a estrutura política, administrativa e econômica da colônia. Nesse sentido, ele **decreta a Abertura dos Portos às Nações Amigas**. Esse ato põe fim ao monopólio comercial da metrópole sobre a colônia. Até então, os comerciantes portugueses intermediavam, exclusivamente, a compra e venda de mercadorias entre a metrópole e a colônia, lucrando bastante com as operações.

Fica evidente que a elite portuguesa foi a maior prejudicada com a abertura dos portos. Foi o passo mais caro de D. João VI. No futuro, ele tenta fechar os portos novamente, ressuscitando o antigo sistema colonial com o Brasil, mas sem sucesso.

¹ Mestre Instalado, membro da Loja Maçônica “Branca Dias” nº 01, oriente de João Pessoa/PB. É grau 32º do REAA.

Dom João VI, além de abrir os portos às nações amigas, também expede o **ALVARÁ DE 1809**, que autorizava a criação de fábricas na colônia. Antes, não era possível instalar fábricas no Brasil. A atividade econômica da colônia se resumia à exportação de matéria prima. D. João VI também assina o **TRATADO DE 1810** com a Inglaterra, no qual resta garantida a “liberdade de culto” aos ingleses, além de uma jurisdição especial aos súditos britânicos, que seriam julgados, a partir de então, por juízes ingleses.

Ainda no âmbito interno, D. João VI moderniza o Rio de Janeiro com a construção de diversos edifícios para abrigar a Corte. Além disso, ele promove a criação de Universidades, da Academia Real Militar, da Biblioteca Nacional, do Museu Nacional, da Real Fábrica de Pólvora, do Banco do Brasil, do Jardim Botânico etc. O Príncipe Regente também cria a Imprensa Régia, já que a atividade jornalística era proibida no Brasil colônia.

D. João VI também promove uma “missão civilizatória no Brasil”, trazendo, prioritariamente, artistas franceses para difundir cultura no país, no campo das artes, do teatro, da música, da dança e da pintura.

Em 1815, D. João eleva o Brasil à condição de **Reino Unido a Portugal e Algarves**. O Brasil deixa de ser colônia e passa ao *status* de reino unido, o que representou ascensão do Brasil no cenário mundial.

Em 1816, com a morte da rainha, D. Maria I, o então Príncipe Regente D. João é coroado rei de Portugal, Algarves e Brasil. A coroação se deu, contudo, **no Brasil**. Tudo isso incomodava bastante a elite portuguesa, que via seus interesses econômicos contrariados desde a vinda da Família Real para a colônia.

Com a derrota final de Napoleão Bonaparte na batalha de Waterloo, em 1815, e a expulsão dos franceses do território português, a elite portuguesa promove a “Revolução do Porto” de 1820, que acaba a monarquia absolutista em Portugal e instaura a monarquia constitucional. Essa Revolução demonstrou, claramente, o desgosto da elite portuguesa com os privilégios auferidos pela antiga colônia. Além de criar a monarquia constitucional, os revolucionários exigiram o retorno do Rei a Portugal, bem como o rebaixamento do Brasil à antiga condição de colônia.

Por força da pressão dos revolucionários do Porto, a Família Real portuguesa retorna para Lisboa. No entanto, D. João VI deixa seu filho, Pedro, como Regente no Brasil. Já em Portugal, o Rei, pressionado pela elite local, expede, em 1821, **decretos**, que visavam a encerrar a Regência no Brasil e à volta de D. Pedro para a Corte.

Na sequência, e ainda em 1821, Portugal majora os impostos para os comerciantes ingleses, agradando a burguesia portuguesa, e traz de volta à Corte importantes repartições ainda localizadas no Brasil.

A elite brasileira não assiste a tudo isso de forma passiva. Livre “das garras” da burguesia e da dependência econômica de Portugal, a elite brasileira tentou firmar acordo com Portugal para não voltar à condição de colônia. No entanto, logo percebeu que não teria sucesso na negociação e começou a se organizar para resistir ao iminente rebaixamento. Começa, então, forte trabalho contra a saída do Príncipe Regente do Brasil, bem como contra o retrocesso de voltar à condição anterior de colônia.

Na época, foi criado o **Partido Brasileiro**, composto por grandes fazendeiros e comerciantes, liderado por **José Bonifácio**. Eles pretendiam um governo forte em torno do Príncipe Regente, impedindo as transformações sociais drásticas exigidas por Lisboa, bem como a desfragmentação política do país em vários países.

Também foi criado o **Partido Português**, composto de comerciantes lusitanos e militares portugueses no Brasil, que queriam o monopólio da metrópole novamente sobre a colônia. Ele apoiava as medidas tomadas pela Corte em relação ao Brasil, consequência da Revolução do Porto.

E havia, também, o grupo de **Radicais Liberais**, liderados por Gonçalves Ledo. Era composto por funcionários públicos, profissionais liberais, padres, militares, que almejavam a república, o fim da escravidão no Brasil e a participação popular no poder. Apesar da pauta dos Radicais Liberais, eles entendiam que, no momento, a emancipação política do Brasil deveria ser conduzida pelo Príncipe Regente, D. Pedro. A concessão não era à toa. Eles tinham convicção de que só D. Pedro poderia conduzir o processo de independência de forma eficaz.

Portugal, tomando conhecimento dos movimentos que ocorriam no Brasil, exige, em 08/12/1821, a volta de D. Pedro a Lisboa. Nesse momento, o Partido Brasileiro (José Bonifácio) e os Radicais Liberais (Gonçalves Ledo) se juntam em prol da independência.

Um abaixo-assinado que é entregue a D. Pedro I em 09/01/1822, pedindo para ele não aceitar a exigência de Portugal de retornar a Lisboa, ficando no Brasil. Esse foi o dia do **Fico**, quando D. Pedro teria dito a célebre frase: “se é para o bem de todos e felicidade geral da nação, digam ao povo que fico”.

A partir desse momento, os membros do Partido Brasileiro e os Radicais Liberais começaram a trabalhar pelo rompimento político do Brasil com Portugal, tendo as lojas maçônicas no Rio de Janeiro – principalmente, a loja “Comércio e Artes” - como o centro nervoso para as discussões sobre a iminente independência. ■



D. PEDRO I

a Maçonaria e a Independência

ALEXANDRE EDUARDO DE ARAÚJO¹

INTRODUÇÃO

Os olhos cuidadosos é sempre fácil constatar que em cada Irmão Maçom há algo de profano. Por mais dedicado que seja à lapidação da pedra bruta, resta sempre um vértice imperfeito, uma aresta a ser realmente lapidada, polida e melhorada na alma humana, mesmo para os iniciados.

O julgamento vil é prático e goza de toda a simplicidade, contudo é facilmente derrubado em seus argumentos, contando de frágil hipótese logo negada pelas forças dos fatos. O aprimoramento do gênero humano para vida em sociedade é um processo lento e constitui-se em um dos maiores desafios da Ordem Maçônica.

Aqui é sobre um homem e muitos acontecimentos que glosaremos. Mergulhado na grandeza das circunstâncias não estava um sujeito comum, mas um indivíduo que trouxe desde o berço uma série de desafios impostos por seu contexto familiar, social, econômico e político. Muito já se conhece sobre a história desse ícone da humanidade, Dom Pedro ... de Bragança e Bourbon, homem cujos atos fizeram a diferença na geopolítica durante a primeira metade do Século XIX. Não obstante os 18 nomes que D. Pedro carregava, o representante legítimo da dinastia Bragança foi o responsável direto, graças à influência da Maçonaria, pela criação do maior império das Américas pós invasões europeias: Império do Brasil.

¹ O autor é Grande Secretário de Educação e Cultura da Grande Loja Maçônica do Estado da Paraíba. Past Venerável Mestre da Loja Simbólica José Pessoa da Costa nº 22. Professor da Universidade Federal da Paraíba – Campus de Bananeiras.

Dom Pedro nasceu no Castelo de Queluz, em 12 de outubro de 1798, e faleceu em 1834. Filho de D. João VI de Bragança e de D. Carlota Joaquina de Bourbon, filha de Carlos IV da Espanha. Veio para o Brasil em 1808 com apenas 10 anos de idade. Apesar de educado e doutrinado desde a mais tenra idade sob o Reino Absolutista de Portugal, a juventude brasileira do Príncipe, aliada ao intelecto preparado de sua esposa, a Princesa Maria Leopoldina da Áustria, foram o substrato fértil onde fecundaram e se desenvolveram as ideias Maçônicas de uma nova nação livre, unida e soberana, sonhada constitucionalista.

O objetivo desse artigo é construir uma narrativa simples sobre as circunstâncias que permearam a independência do Brasil, tendo como personagens principais D. Pedro I, a Maçonaria e suas interações nos fatos que corroboraram com a Independência do Brasil.

O CONTEXTO

O contexto geopolítico era de grandes transformações em todas as dimensões das atividades humanas. A situação das cortes absolutistas europeias era de fragilidade desde a Independência dos Estados Unidos e da Revolução Francesa ocorridas no final do século XVIII. O avanço das ideias iluministas liberais, especialmente nos campos da economia e da política, mas com forte impactos na religião, na ciência e no direito, espalhavam o ideário da liberdade, igualdade e fraternidade sobre muitas nações, províncias e pessoas no Velho e no Novo Mundo.

Aqui no Brasil, as revoltas acontecidas no período colonial classificam-se em nativistas e separatistas (Donato, 1984). Os ventos separatistas da Inconfidência Mineira (1789) e da Conjuração Baiana (1798) sopravam espaços no imaginário reprimido e espartejado da brasilidade, denunciando o suor dos povos escravizados, a acumulação do “ouro” brasileiro pela metrópole e a completa falta de melhores perspectivas políticas, econômicas e sociais da população local.

É nesse cenário de transformações ao bem da humanidade, que por receio da invasão do exército de Napoleão Bonaparte à Portugal, que a família real portuguesa em 1808 abandona as terras e o povo lusitano, atravessa o Oceano Atlântico e desembarca para morar na sua mais rica e importante colônia.

Uma vez a corte instalada na terra Tupiniquim, que passa a ser a sede do reino intercontinental, com colônias e negócios em quase em todo o mundo, o aparato institucional do Estado passa a ser montado. Órgãos e cargos públicos de diferentes naturezas são criados gerando diversos empregos, a exemplo da Casa da Moeda, Faculdade de Medicina, Biblioteca Real, Academia Real Militar, Banco do Brasil e Cabral (2011) chama a atenção para criação de um complexo sistema jurídico administrativo.

Sob influência inglesa, que buscava assegurar a legitimidade do reino lusitano, o porto havia sido aberto às nações amigas desde a chegada da Família Real, tirando a exclusividade comercial para com Portugal e favorecendo o desenvolvimento do comércio local. Em 1815 abre-se uma forte perspectiva no estaus político para as províncias brasileiras, D. João, ainda regente por meio de uma Carta Régia eleva a colônia à condição de Reino Unido de Portugal Brasil e Algarves. Em todos os aspectos o Brasil era favorecido.

Observa-se nesse período o florescimento de uma identidade brasileira sendo conquistada com o fortalecimento econômico e político da aristocracia local. Vale lembrar que antes a situação do Brasil Colônia era total usurpação de sua riqueza, sem qualquer esforço civilizatório, a coroa impunha às terras e as gentes desse lugar à total exaustão de suas riquezas, de suas forças e de seu sangue para alimentar a ganância insaciável das cortes nobres de além-mar.

Em 1820, meio a uma crise econômica e política em Portugal, acontece a Revolução Liberal do Porto (VEIGA, 2021). As cortes portuguesas exigem a volta do Rei e da família real para Portugal, articulam uma Monarquia Constitucionalista, o retorno da sede do Reino para Portugal e a degradação do Brasil à antiga situação de colônia, com a conseqüente extinção dos órgãos públicos criados e a volta dos favorecimentos comerciais para com a metrópole.

Durante os doze anos que a família real permaneceu no Brasil, os avanços institucionais marcarão para sempre e em definitivo o cenário de possibilidades nas relações políticas e comerciais dessa parte do império, em especial pelas conquistas locais.

D. Pedro vai ser nomeado Príncipe Regente no Brasil a partir de 1821, com o retorno do Rei D. João VI e da família real para Portugal. Herda um cenário de relações transformadoras, repleto de interesses ambiciosos e audaciosos. E é nesse complexo jogo de disputas, sob a influência de Maçons aguerridos na criação de uma nova pátria, que irá forjar o aço de grandes feitos preciosos ao Brasil e a Portugal.

OS FILHOS DA VIÚVA NAQUELE MOMENTO HISTÓRICO

Era pujante que no Século XVIII e início do Século XIX existiam Maçons envolvidos em feitos políticos transformadores, em consonância com as conquistas humanitárias e com o fim dos sistemas de servidão. No Brasil, participaram ativamente na Confederação do Equador, acontecida em Pernambuco, cujo pleito maior era a consolidação de uma República. Em Portugal, lideraram a Conspiração Liberal em Lisboa. CARVALHO (2010):

... no ano de 1817 ocorreram dois fatos de suma gravidade em termos de crime de lesa-majesta-

de. Estouraram duas revoluções: i) a Revolução Pernambucana de 1817, um movimento revolucionário, de caráter fortemente nacionalista, feito no sentido de implantar a República em Pernambuco; e ii) Conspiração Liberal de Lisboa de 1817 liderada pelo nosso Ir. General Gomes Freire de Andrade, ex-Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano. Dado esse clima de sedição, tanto em Portugal como no Brasil, houve a expedição do draconiano alvará de 30 de março de 1818, que proibia o funcionamento das sociedades secretas. As Lojas resolveram então cessar seus trabalhos, até que pudessem ser reabertas sem perigo. Os maçons, todavia, continuaram a trabalhar secretamente como no Clube da Resistência, fundado no Rio de Janeiro.

ACIOLY (2004), afirma que no início da segunda década do século XIX existia vigilância em torno dos membros e dos trabalhos da Maçonaria, que eram vistos com muita reserva, pois já não era mais segredo que vários dos seus sócios, formados dentro do espírito liberal das ideias francesas tão temidas pelo governo português, a cada momento se organizavam no sentido de colocarem um fim no poder português e libertar o Brasil.

Apesar da força e violência do império absolutista português, em nenhum momento a Maçonaria desistiu do Brasil, mesmo existindo divergências quanto ao processo emancipatório brasileiro, especificamente no que concerne ao sistema de governo a ser adotado. Maçons Liberais, representados pelo Ir.: Gonçalves Ledo e Monarquistas, representados na figura memorável do Ir.: José Bonifácio, tinham claro o objetivo maior de consolidar a formação de uma pátria livre. BANDEIRA (2018) compreende que Grande Oriente Brasílico fora criado com a intenção precípua de promover a independência do Brasil, e para este fim os maçons trouxeram o Príncipe D. Pedro para dentro da instituição.

Do final do Século XVIII até 1922 pode ser entendido como um período de estruturação e propagação da maçonaria de forma organizada no nosso no Brasil. Em 1803, por parte do Grande Oriente Lusitano, passa a existir uma preocupação de se firmar e instalar, como poder maçônico reconhecido, tornando-se único e exclusivo no direcionamento dos caminhos da nascente maçonaria brasileira (ACIOLY, 2004).

CASTELLANI (2000) resume esse momento histórico

“... a 17 de junho de 1822, fora criada a primeira Obediência maçônica do Brasil — O Grande Oriente Brasílico, ou Brasileiro — com a finalidade principal de lutar pela independência política do Brasil. Para que fosse fundado o Gran-

de Oriente, a Loja Comércio e Artes, criada em 1815, inativa após o alvará governamental de 1818 — que proibia o funcionamento das sociedades secretas — e reerguida em 1821, foi dividida em três Lojas, daí resultando, além dela mesma, a União e Tranquilidade e a Esperança de Niterói. O agitado período de transição de Reino Unido ao de Portugal e Algarves — existente desde 1815 — para país independente, iria trazer intensas lutas políticas pelo poder, envolvendo o Grande Oriente, já que lá estavam dois grupos que aspiravam à privança do príncipe regente D. Pedro — depois imperador — e que desejavam comandar, politicamente a jovem nação independente: o grupo do Grão-Mestre do Grande Oriente, José Bonifácio de Andrada e Silva, ministro todo-poderoso da regência e figura internacionalmente conhecida, e o grupo do 1º Grande Vigilante, Joaquim Gonçalves Ledo, político fluminense, que era, realmente, a maior liderança maçônica da época, mas não tinha o prestígio nacional e internacional do Andrada.”

O QUE HÁ DE MAÇOM EM D. PEDRO?

Para PASCUAL (1862):

“Esse príncipe fez mais proezas, mais benefícios, mais ações generosas; libertou mais povos; deu leis mais sábias; elevou mais os seus Brasileiros e Portugueses, do que todos os Braganças que vedes deitados aí no pó da eternidade.

Os seus inimigos puderam, e ainda poderão escurecer o resplendor da sua glória com manchas passageiras da mocidade fogosa, mal dirigida, pior aconselhada, mas este sol não teve nos últimos fulgores do seu ocaso nódoa alguma.

Chorai esse general, celebrai esse herói, e depositai ao pé da sua humilde, porém imorredoura honra, três coroas — de monarca, de general, e de homem amante da liberdade.”

Na descrição de Pascual temos a trajetória do homem que não se acomodou às imperfeições de sua alma, antes caminho no desbaste da pedra bruta, atravessando as colunas do tempo rumo ao polimento de suas asperezas, subjugando seus vícios e erguendo-se em virtudes notórias que também marcaram o mosaico social percorrido em sua trajetória profana.

De acordo com o Grande Oriente do Brasil (GOB, 2021), Pedro de Alcântara Francisco Antônio João Carlos Xavier de Paula Miguel Gabriel Rafael Joaquim José Gonzaga Pascoal Cipriano Serafim de Bragança e Bourbon, o futuro Imperador do Brasil D. Pe-

dro I, foi iniciado na Maçonaria aos 24 anos de idade na Loja Comércio e Artes, adotando o nome heroico de Guatimozim. Tendo como padrinho José Bonifácio, a sua iniciação ocorreu no dia 02 de agosto de 1822 na Loja Comércio e Artes nº 1. Já em 5 de agosto, foi exaltado ao Grau de Mestre Maçom. E conforme CASTELLANI (2000), empossado Grão Mestre do Grande Oriente Brasílico em 4 de outubro de 1822.

Apesar de ser conhecido seus talentos de marceneiro, músico, poeta, domador de cavalos, ao certo não se pode precisar ao longo desta pesquisa a influência da Maçonaria da formação das virtudes Maçônicas de D. Pedro. Pode-se sugerir que de alguma forma a literatura e discursos maçônicos possam ter inspirado D. Pedro em atos contundentes, fortes, democráticos em favor das liberdades individuais e do direito de propriedade.

A FIRMEZA DE D. PEDRO CONTRA O RETROCESSO DA RECOLONIZAÇÃO

Para CABRAL (2012), a Revolução Liberal do Porto e a convocação das Cortes Gerais e Extraordinárias para elaborar uma Constituição para Portugal mudaram a conjuntura política do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves a partir de 1821. Observa-se ainda que a recolonização do Brasil era a intenção da corte portuguesa. O retorno à condição de colônia significava a extinção de órgãos públicos, o que representaria para muitas famílias a perda da renda e um declínio da circulação de moeda no comércio local. Além disso, o comando do Exército permaneceria entregue aos portugueses, o que aumentava o desagrado aos brasileiros.

No intuito de retirar de vez a possibilidade do trono português do Brasil, foi emitida a ordem para o Príncipe Regente retornar para Portugal, o inusitado acontece: Influenciado pelas principais lideranças das províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, D. Pedro que já se organizava para voltar, resolve abandonar os planos de obediência à Corte portuguesa e resolve ficar. Haveria então proferido a seguinte afirmativa: *“Como é para o bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto. Diga ao povo que fico.”*

Segundo CARVALHO (2010), O episódio do “Fico” - 9 de janeiro de 1822 - foi feito, no Rio de Janeiro, sob a liderança dos maçons José Joaquim da Rocha e José Clemente Pereira e com a representação de diversas províncias ao príncipe, principalmente a Província de São Paulo, cujo motor principal era o Ir. José Bonifácio de Andrada e Silva, o futuro Patriarca da Independência, no sentido de que desobedecesse aos decretos, permanecendo no País.

As Cortes Gerais Extraordinárias em Portugal, em retaliação, cortam o abastecimento econômico do Príncipe e extinguem, em 13 de janeiro de 1822, os

tribunais criados no Rio de Janeiro após a vinda da Corte em 1808, reduzindo a Casa de Suplicação à condição de relação provincial, como as da Bahia, Recife e Maranhão, cujos recursos e apelação deveriam ser interpostos para Lisboa.

A permanência do Príncipe no Brasil sob a influência e apoio econômico dos Maçons José Bonifácio e Gonçalves Ledo, alimentava-o intelectualmente e ampliava as relações com a aristocracia brasileira, engrossando as fileiras de simpatizantes e de inimigos da causa brasileira. Envolto no emaranhado da disputa de fundo travada entre as correntes democratas e conservadoras, é sabido que D. Pedro toma decisões firmes, como de “não aceitar a validade dos decretos Portugueses para o Brasil antes de sua própria aprovação”.

Provavelmente, sob a articulação de Gonçalves Ledo junto aos democratas, no dia 13 maio recebe o título de Defensor Perpétuo do Brasil, o que repercute positivamente na sua capacidade de junto aos simpatizantes da independência, contudo, sem deixar de irritar os que a isso eram contrários.

Para CASTELLANI (2000), a aproximação de Ledo a D. Pedro contrariava os interesses de Bonifácio. Este procurou mostrar ao imperador que a luta da independência exigia um período de calma política interna, que estava sendo quebrada pelo grupo adversário, com exigências descabidas a D. Pedro e uma rede de intrigas, que poderiam minar a luta externa.

A INDEPENDÊNCIA, MAÇONARIA, CONSTITUINTE E IMPÉRIO DO BRASIL

As circunstâncias sociopolíticas e econômicas pesavam a favor de uma ruptura necessária. O fim de um ciclo exploratório seria concretizado, o Novo Mundo marchava dessa maneira. Restava saber: como aconteceria no Brasil? Quem seriam os espíritos determinados ao feito? As dimensões continentais do território e o emaranhado de interesses exigiam um esforço orquestrado no âmbito político e econômico, tanto na esfera local quanto internacional.

A Maçonaria, muito provavelmente, fosse a época a única organização dotada de valores e princípios confiáveis, capaz de conciliar os interesses diversos e mobilizar os recursos necessários. Sua influência junto a D. Pedro asseguraria o itinerário de garantias e conquistas necessárias a uma nova nação. Assim eclodiu o “brado do Ipiranga” da sabedoria, da beleza e da força que se materializava na pessoa do Príncipe Regente. O futuro primeiro Rei do Brasil seria o primeiro Imperador do Brasil, não apenas pela razão hereditária, mas por uma necessária vontade popular.

Com a declaração de Independência, o pulso necessário a uma nova ordem institucional era buscado por D. Pedro. Abandonar as raízes absolutistas das dinastias lusitanas que se arrastavam há mais de cinco

séculos seria uma tarefa inglória por mais que a república despontasse como uma real possibilidade naquele momento, especialmente sobre o exercício sedutor do Ir.: Ledo. De acordo com CASTELLANI (2000), havia uma série de exigências do grupo ligado a Ledo que propiciariam a cautela de D. Pedro reverberar sobre a própria Maçonaria, determinando a suspensão dos seus trabalhos, conforme afirma CASTELLANI (2000):

“As exigências descabidas eram: o juramento prévio de D. Pedro à Constituição ainda não votada e aprovada e a assinatura de três papéis em branco. Diante disso, enquanto José Bonifácio instaurava processo contra os membros do grupo de Ledo, D. Pedro enviava a este a ordem para fechar o Grande Oriente, o que aconteceria a 25 de outubro de 1822.” CASTELLANI, 2000.

O fechamento durou pouco tempo, o suficiente para se sobressair a influência para uma Monarquia Constitucionalista, que logo materializou-se em uma Assembleia Constituinte, formada por diferentes representações das forças políticas brasileiras. O próprio D. Pedro, agora Imperador proferiu o discurso de abertura, conforme cronograma dos acontecimentos disponibilizado por CÂMARA DOS DEPUTADOS (2022):

01.12.1822 - No Rio de Janeiro, acontece a “*Cerimônia de Coroação e Sagração do Imperador D. Pedro I*”. Logo após, é realizado, também, o juramento dos procuradores-gerais das Províncias do Brasil, do Senado da Câmara da cidade do Rio de Janeiro e de outros procuradores de outras câmaras, declarando obediência às leis e ao Imperador.

14.04.1823 - No Rio de Janeiro, o imperador D. Pedro I expede decreto designando o dia 17 de abril para a reunião dos deputados da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil.

17.04.1823 - No Rio de Janeiro, abertura e instalação da primeira sessão preparatória da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, com a presença de 52 deputados constituintes. Para presidir as sessões preparatórias e a instalação da Assembleia, são eleitos presidente e secretário interinos, respectivamente, os deputados D. José Caetano da Silva Coutinho, bispo capelão-mor (RJ), e Manoel José de Souza França (RJ).

03.05.1823 - Dia da Invocação da Santa Cruz. No Rio de Janeiro, às doze horas e trinta minutos, acontece a “*Sessão Solene de Instalação da*

Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil”, com a presença do imperador D. Pedro I, que abre os trabalhos da assembleia e dirige à representação nacional a sua primeira “*Fala do Trono*”. Duas afirmações do imperador provocam reações na Assembleia, mostrando, desde logo, suas dissensões com o primeiro corpo legislativo brasileiro: a de que “*(...) defenderia a Pátria, a Nação e a Constituição, se fosse digna do Brasil e de mim*”, e a segunda: “*(...) espero que a Constituição que façais, mereça a minha imperial aceitação, seja tão sábia, e tão justa, quanto apropriada à localidade, e civilização do povo brasileiro*”.

25.03.1824 - O imperador D. Pedro I expede Carta de Lei que “*manda observar a Constituição Política do Império do Brasil, oferecida e jurada por Sua Majestade, o Imperador D. Pedro I*”. De acordo com a Carta Constitucional, a Assembleia Geral Legislativa compreende a Câmara dos Deputados (temporária) e a Câmara dos Senadores ou Senado (vitalicida). Cada legislatura durará quatro anos, e cada sessão anual (sessão legislativa), quatro meses. A primeira deveria ser composta por 102 deputados escolhidos em eleições indiretas, voto censitário, separação dos três poderes: Poder Executivo, Poder Judiciário e Poder Legislativo. A Igreja Católica é a igreja oficial do país. O regime político implantado é a constitucionalização do absolutismo, em especial ao criar o Poder Moderador, exercido diretamente pelo imperador e acima dos outros três. Dá-lhe o direito de interferir no Executivo e no Legislativo e de atuar como mediador entre as forças políticas em disputa.

Em apenas seis meses a Assembleia Constituinte de 1823 passa a ser enxergada por D. Pedro como uma ameaça as suas vontades absolutistas. “*A constituição deve ser digna do povo e não do imperador*”. No dia 12 de novembro a Assembleia foi dissolvida, os irmãos Andradas foram presos e deportados para França. Foi criado um Conselho de Estado. E em 25 de março de 1824, D. Pedro outorga a Carta Constitucional, assegurando-lhe o Poder Moderador, elemento absolutista mesmo em meio a uma Carta mais liberal. Dessa maneira D. Pedro I dá mais uma prova de sua força, constituindo um poder que lhe dará a possibilidade de decisão final, o que irá perdurar pelos próximos 07 anos, quando as circunstâncias brasileiras e portuguesas o levam a abdicar do trono.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 7 de abril de 1831, Dom Pedro I abdica do trono, em favor de seu filho, ação que marcou o fim do

primeiro reinado no Brasil. Já tendo se distanciado da Maçonaria nessa época, ele retorna a Portugal com o título de Duque de Bragança, agora disposto a enfrentar a luta para assegurar o trono de sua filha, falecendo três anos depois, em 27 de setembro de 1834, no mesmo castelo em que havia nascido.

D. Pedro I deixa um firme legado na vida profana e maçônica. Foi o segundo Maçom a assumir o Grão Mestrado do Grande Oriente Brasílico. Participou ativamente da luta pela independência do Brasil, da primeira Assembleia Constituinte, da construção da Constituição de 1824, assegurou a unidade territorial em tempos de muitas disputas, encampou campanhas militares... venceu muitas vezes, noutras tantas foi vencido. Em dados momentos: incompreendido, julgado equivocadamente pelos lábios apressados ou mesmo mal-intencionados. Se para uns tantos, traidor do Reino de Portugal, um déspota para o Brasil, para outros tantos, herói de Portugal e do Brasil.

REFERÊNCIAS

ACIOLY, Augusto César. As Luzes da Maçonaria sobre Pernambuco. V Encontro Nordestino de História. Associação Nacional de História. 2004. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/pe/anais/encontro5/03politica/Artigo%20de%20Augusto%20C%20E-9sar%20Acioly.pdf>

BANDEIRA, Márcio Maciel. A Maçonaria e a Independência do Brasil. O Buscador. 2018. Disponível em: <https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/OBuscador/article/view/4642>

CABRAL, Dilma. A Casa de Suplicação do Brasil. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/151-casa-de-suplicacao-do-brasil>. 2016.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Império do Brasil - Primeiro Período - D. Pedro I (09.01.1822 - 07.04.1831). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/acamara/conheca/presidentes/imperio1.html#:~:text=04.11.1822%20%2D%20Lisboa.,Pedro%20I%22>.

CARVALHO, William Almeida de. Pequena História da Maçonaria no Brasil. Revista de Estudos Históricos de la Masonería. REHMLAC. ISSN 1659-4223. Vol. 2, Nº 1, Mayo-Noviembre 2010. P. 30 – 58.

CASTELLANI, José. A Maçonaria Brasileira na Década da Abolição e da República. Rio de Janeiro: CopyMarket.com. 2000.

DONATO, Hernâni. Dicionário das batalhas brasileiras. São Paulo: Ibrasa, 1987.

GOB. Grande Oriente do Brasil. Grande Oriente do Brasil - Tesouros Maçônicos – Avental e malhete de D. Pedro I (gob.org.br). 2021.

PASCUAL, A. D. Rasgos Memoráveis do Senhor Dom Pedro I Imperador do Brasil, Excelso Duque de Bragança. Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. 1862.

VEIGA, Edison. Há 200 anos, Dom João 6º voltava a Portugal e, sem querer, abria caminho para independência do Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56857790>.

A MAÇONARIA e a Independência

MÁRCIO MACIEL BANDEIRA¹

1 - INTRODUÇÃO

Este trabalho investiga qual foi a real participação dos maçons, e da maçonaria enquanto instituição, no movimento de independência do Brasil. Na historiografia brasileira existem inúmeras citações de que o movimento foi encabeçado pelos maçons, e que estes muitas vezes influenciaram o Príncipe Regente D. Pedro na decisão de tornar o Brasil independente de Portugal.

As passagens nos livros de história do Brasil não adentram nos detalhes da participação da maçonaria neste momento, muitas vezes se limitando a informar que determinado personagem seria maçom. Quando muito os autores enaltecem a participação de Joaquim Gonçalves Ledo e, principalmente, de José Bonifácio de Andrade e Silva como líderes do movimento maçônico e mentores da independência.

Pelo lado da doutrina maçônica verificamos que os autores maçônicos enaltecem a importância da maçonaria na independência do Brasil, e elevam José Bonifácio à categoria de patrono do movimento de liberdade, e também ressaltam o papel de Joaquim Gonçalves Ledo, mas muitas vezes transmite uma ideia de harmonia dentro da maçonaria, passando uma imagem de ideal comum entre os dois líderes.

Muitos autores chegam a dizer que a maçonaria teria proclamado a independência em 20 de Agosto de 1822 dentro de seus templos (SOUSA, 2006), mas isto já foi demonstrado como erro de interpretação na data da reunião, já que os maçons não utilizam o calendário civil, e sim um calendário próprio, tendo sido realizada em 09 de Setembro daquele ano. Mas, indiferente disto é possível verificar a importância que os maçons dão a sua participação no movimento de independência.

¹ O autor é Grande Secretário Adjunto de Educação e Cultura da Grande Loja Maçônica do Estado da Paraíba. Past Venerável Mestre da Loja Simbólica Regeneração Campinense nº 2. Past Venerável Mestre da Loja Maçônica de Estudos e Pesquisas Renascença nº 1. Advogado.

MAÇONARIA

Independência do Brasil

No desenvolver do trabalho procuramos revelar como era a relação entre a maçonaria e o Príncipe Regente, além da influência de Ledo e Bonifácio sobre o futuro imperador. Contudo, a maior ênfase será nos embates entre os dois líderes da maçonaria brasileira no ano de 1822, e como isto irá refletir nas decisões de D. Pedro, e quais suas consequências para a maçonaria.

O trabalho se baseia numa pesquisa bibliográfica, na qual delinearemos o papel desempenhado pelos maçons e a maçonaria nos momentos que antecederam o rompimento do Brasil com Portugal. Diante das lacunas existentes, em termos acadêmicos, sobre produções acerca da maçonaria no Brasil, nosso estudo se ancora nos trabalhos desenvolvidos por CASTELANI (2000), SOUSA (2006) dentre outros, e através de textos conseguidos *on line*, nas páginas da internet, que procuraram enfatizar sobre aspectos concernentes a maçonaria no período privilegiado para o estudo.

Ao final pretendemos chegar a uma análise sobre a intensa participação da maçonaria, e dos maçons, na independência do Brasil, tentando esclarecer o que a historiadores brasileiros não detalham, bebendo diretamente nas fontes maçônicas, e em alguns estudos acadêmicos, conforme já mencionamos, tomando cuidado com os discursos apaixonados construídos pelos autores maçons.

2 – A MAÇONARIA E SUA CHEGADA AO BRASIL

A maçonaria é uma instituição que chama atenção dos curiosos, já que para muitos se trata de entidade secreta, só que muitos desconhecem sua história e sua finalidade.

É muito comum ao se escrever sobre as origens da maçonaria, principalmente entre os maçons, falar que sua origem se perde nas brumas do tempo. Alguns remetem aos egípcios, outros as escolas iniciáticas gregas, outros dizem que surgiu no momento em que o homem passou a crer em um ser espiritual. Na verda-



Joaquim Gonçalves Ledo – Imagem retirada da internet

de a concepção que consideramos a mais lúcida nos é apresentada pelo escritor Luiz Carlos Silva, em que demonstra que a maçonaria é parte de uma unidade fundamental de todos os mistérios e tradições religiosas, sendo esta unidade a doutrina iniciática.

Esta definição sobre a origem da maçonaria nos faz entender sua filosofia, já a maçonaria moderna, tal como conhecemos hoje, é herdeira direta das corporações de ofício de pedreiros e arquitetos responsáveis pelas construções de templos religiosos na Idade Média. A importância e os conhecimentos adquiridos por estas corporações fizeram com que pessoas, estranhas aos ofícios, tentassem ingresso na Ordem. Estes novos membros eram chamados de livres e aceitos, e passaram a dar nova ênfase a Ordem, passando do trabalho operativo, a construção de igrejas, para o especulativo, a construção do edifício moral do homem utilizando-se da simbologia dos instrumentos de trabalho dos pedreiros e arquitetos.

Como instituição regida por regras a maçonaria terá suas normas compiladas por dois pastores protestantes ingleses: James Anderson e J.T. Desaguliers em 1717. Sendo que em 1723 o primeiro criará a chamada *The Constitutions the Free-masons*, obra de caráter universal seguido até hoje pelos maçons (BECK, 2005). Ainda em 1717 quatro lojas de Londres resolvem criar uma entidade geral e reguladora, fundam a Grande Loja de Londres. Haveria ainda outras regras criadas, e novas Grandes Lojas e Grandes Orientes, mas a Constituição de Anderson, e a criação da Grande Loja foram o embrião da maçonaria moderna.

Com relação ao Brasil é difícil precisar quando a maçonaria se instalou aqui, já que não temos notícia de qual foi o primeiro maçom a chegar ao Brasil, nem qual o primeiro brasileiro a ser iniciado na ordem maçônica. Muitos acreditam que o próprio Tiradentes, já na inconfidência mineira fosse maçom, assim como seus pares. Não há provas concretas disto, mas, sem dúvida, seus ideais tinham eco nos ideais libertários franceses e norte-americanos, que por sua vez estão intimamente ligados a maçonaria.

Já a partir de 1800 temos informação da existência de Lojas Maçônicas no Brasil, memo que de forma clandestina. Há informações de várias lojas em vários lugares do Brasil, mas é em Pernambuco que a atividade maçônica terá certo destaque, sendo os maçons líderes do movimento de 1817. Tal envolvimento levará D. João VI a proibir a maçonaria no Brasil em 1818 (ACIOLY, S/D). Fato que perdurará até 1822.

Em 1822 o movimento pela independência do Brasil reunirá os maçons em três lojas no Rio de Janeiro: Comercio e Artes, União e Tranquilidade e Esperança de Nictheroy. Estas lojas se reuniram no Grande Oriente Brasílico, que terá como objetivo principal o aprofundamento da discussão sobre a crise entre o Brasil e Portugal que se instalará em função da Revolta do Porto (1820), e defenderá a independência do Brasil.

Nos quadros da maçonaria se destacou o papel de Joaquim Gonçalves Ledo e José Bonifácio de Andra-

de e Silva. Gonçalves Ledo homem de negócios iniciou os estudos de Direito em Coimbra, porém não concluiu para cuidar dos negócios da família. Bonifácio estudou Ciências Naturais e Direito em Coimbra, morou mais de trinta anos na Europa, tendo passado dez anos de sua vida percorrendo aquele continente, e de volta ao Brasil (1819) foi Vice-Presidente da Junta Governativa de São Paulo (1821), e depois foi para o Rio de Janeiro onde foi nomeado ministro do príncipe regente D. Pedro.

Estes dois homens influenciaram os destinos do Brasil e da maçonaria nos idos de 1822, a independência do Brasil será o tema do debate entre os dois, e a maçonaria não ficara imune a isto.

3 – DOIS MAÇONS E UM IDEAL: A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

O brado de 1822, do príncipe D. Pedro, está enraizado no imaginário popular como mito fundador da nação brasileira, com o qual teria cortado o cordão umbilical que nos ligava a metrópole europeia, Portugal. A crença nesta ruptura abrupta do sistema colonial, e que este ato de rebeldia do príncipe atendia aos anseios da população brasileira, peca ao deixar de analisar vários elementos da política externa e interna, que vão desde ventos eufóricos da Revolução Francesa e seus ideais, mesmo que seja pelos canhões de Napoleão Bonaparte, passa pelo recrudescimento por parte dos portugueses sediados na Europa a partir da revolta do Porto, e chega até a um sentimento lusofóbico por parte de camada da população brasileira.

Pela corrente marxista, por muito aplicada no Brasil através das análises de Caio Prado Júnior, a independência brasileira é vista como resultado do esgotamento de um modelo econômico, e das tensões sociais dentro da colônia. Neste aspecto sigo a análise de Jorge Miguel Pedreira, que não enxerga um esgotamento das riquezas acessíveis neste momento histórico, nem uma tensão mais forte entre os negros e seus senhores, apesar de sempre existirem, num período imediatamente anterior a 1822. Mas, sem dúvida, 1822 foi o desfecho de um processo onde se chocaram várias forças, externas e internas, e que encontrou em Pedro a figura para assumir o papel de protagonista, e que assim passaria para história.

O movimento liberal em Portugal refletirá internamente na outra ponta do Reino Unido, o Brasil. Os movimentos políticos na Europa e no Brasil vão colocando a família real em situação delicada, que levou a volta de D. João VI a Portugal, deixando D. Pedro no Brasil a frente do fogo cruzado entre as correntes liberais do Brasil, que se dividiam entre aquelas que buscavam manter a união do Reino Unido e outra que buscava o rompimento total, e até um regime próximo a uma República.

Na história do Brasil sempre que se refere ao movimento de independência se faz referência a maçonaria, e aos maçons, e sua participação para sua concretização, mostrando que a instituição foi uma das

defensoras da ideias liberais no Brasil. Entretanto, não está claro como se deu a participação efetiva da maçonaria, se foi no campo das ideias, se houve a reunião deliberada dos maçons no sentido de provocar o rompimento com Portugal. O que se verifica é que a posição da maçonaria não era homogênea, e que havia uma divisão interna que refletia a divisão política no Brasil e suas posições com relação ao movimento liberal de Portugal.

Ao se personificar as forças políticas brasileiras, principalmente no ano 1822, veremos que de um lado a figura de José Bonifácio de Andrada e Silva e do outro Joaquim Gonçalves Ledo, os mesmos que travavam uma luta intestina na maçonaria brasileira, sendo esta mais um campo de batalha entre os dois, que usaram também da imprensa com forma de influência naquele momento, buscando cada um o apoio do príncipe regente para suas posições.

As elites brasileiras dividiram-se, ao longo dos anos de 1821 e 1822, em várias tendências, das quais as mais importantes foram identificadas por Lúcio Bastos Neves como elite coimbrã e elite brasiliense. (LUSTOSA, 2006, p. 142)

Bonifácio mente ilustrada que não acreditava na ruptura do Reino Unido, e, apesar de ter vivido em Portugal dos 20 aos 56 anos de idade, era sim um defensor do ideal brasileiro, na medida em que buscava a valorização do Brasil no reino, e até fazer do Brasil a sede do reino. Contudo, as posições das Cortes portuguesas, reunidas em Assembleia constituinte, que tentavam reduzir o Brasil a uma condição de inferioridade, praticamente retornando a situação anterior a 1808, levaram por fim Bonifácio a causa da independência.

Pela elite brasiliense despontava Ledo, que tinha sérias inclinações republicanas, tese muito comum na maçonaria brasileira nos séculos XVIII e XIX, mas que por fim aceitava uma solução monárquica, desde que Constitucional, e com forte feição republicana.

Na maçonaria estes personagens também marcavam posições, estando sentados nas duas das principais cadeiras da instituição em 1822, sendo José Bonifácio o Grão-Mestre e Ledo o Primeiro Vigilante do Grande Oriente Brasílico, entidade que congregava as lojas maçônicas da época. Mas apesar de Ledo está subordinado a Bonifácio na maçonaria, o primeiro irá se utilizar da Ordem para tentar anular a força do Grão-Mestre junto ao príncipe regente, com atos maçônicos, que refletiram muito além das colunas das lojas. Os dois vão travar uma verdadeira guerra de influência, cada um se utilizando de suas armas, para convencer o Príncipe Regente de qual seria a melhor saída para o Brasil, diante da crise política em Portugal, que culminou com a convocação das cortes portuguesas para elaborar uma Constituição para o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.



José Bonifácio de Andrada e Silva – Pintura de Benedito Calixto de Jesus (Detalhe) – Imagem retirada da internet

3.1 - AS CORTES PORTUGUESAS E A ASSEMBLEIA CONSTITUINTE BRASILEIRA

A Revolta do Porto (1820) precipitou uma crise em Portugal de caráter liberal, desejosos de diminuir os poderes do D. João VI, e buscando resgatar a tradição colonial de Portugal. Em 26 de Janeiro de 1821 iniciam-se os trabalhos das Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes de Portugal, entretanto, neste primeiro momento sem a participação de deputados brasileiros. Nas cortes portuguesas José Bonifácio de Andrade e Silva exerceria sua influência, e apresentaria seu projeto de nova concepção de Reino Unido, sendo representado por seu irmão Antônio Carlos de Andrada e Silva, deputado constituinte por São Paulo.

Os deputados portugueses queriam o retorno do Príncipe Regente para Portugal, já que D. João VI já havia retornado, e defendia a permanência do reino Unido, contudo, com o poder centralizado em Portugal em todas as esferas: legislativo, executivo e judiciário. Sendo que o Brasil seria dividido em províncias, que seriam governadas por juntas, mas todas subordinadas diretamente a Lisboa.

Bonifácio, representado pelo irmão mais novo nas cortes portuguesas, defendia a manutenção do Reino Unido, mas que prevaleceria o princípio federativo, não ficando nenhuma das partes subordinada a outra.

Tal reconhecimento levaria à necessidade da delegação de poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário deveriam ser representados nas unidades provinciais e, também, por intermédio do príncipe herdeiro, no Rio de Janeiro. Refutava, assim, a ideia da centralização como condição para a unidade da nação portuguesa e, neste aspecto, utilizou-se frequentemente do império britânico como exemplo. (BERBEL, 2006, p.194)

A estratégia de Bonifácio de conseguir nas cortes portuguesas manter a união entre Brasil e Portugal não funcionou, já que os deputados portugueses ficaram irredutíveis, e alguns deputados brasileiros, em virtude de seus interesses locais, ficaram simpáticos a tese dos portugueses. Joaquim Gonçalves Ledo também desempenharia um papel importante para o fracasso de Bonifácio, o primeiro vai articular a convocação de uma Assembleia Constituinte no Brasil convocada por D. Pedro, contra a vontade de seu Ministro José de Bonifácio. Após do dia do Fico, Ledo, utilizando-se da imprensa, apresenta uma representação pedindo a convocação da constituinte brasileira, tendo D. Pedro publicado decreto em 03 de Junho de 1822. Isto caracterizou uma derrota para Bonifácio, que acarretaria sua renúncia do ministério e o retorno, fugido, de seu irmão abandonando as cortes portuguesas. Assim sua estratégia falhou, mas ele retornará mais forte, e agora se posicionará pela independência do Brasil, e seu retorno trará graves consequências para Ledo e para a Maçonaria.

3.2 - A IMPRENSA MAÇÔNICA

A impressão de textos no Brasil foi proibida até 1808, quando da chegada da família real no Brasil. Entre 1808 e 1821 a imprensa brasileira teve uma liberdade limitada, sendo os jornais Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822) e O Patriota (1813-1814) os únicos a funcionarem durante muitos anos no território brasileiro, e apenas faziam referências aos atos reais e a traduções de textos publicados nos periódicos europeus (LUSTOSA, 2003).

O jornalismo brasileiro independente surge na realidade fora do Brasil, mais precisamente em Londres, trata-se do Correio Braziliense, editado por Hipólito da Costa. Este jornal é a primeira demonstração pública de um maçom brasileiro na imprensa, já que seu editor foi iniciado na Ordem Maçônica nos Estados Unidos da América. Em 1802 Hipólito da Costa foi preso em Portugal por causa de suas atividades maçônicas, chegando a ser interrogado pelo Santo Ofício. Após três anos de prisão foge para a Inglaterra, onde a Maçonaria era praticada mais livremente, fundando lá o Correio Braziliense, que era enviado clandestinamente para o Brasil. Hipólito da Costa viveu na Inglaterra até sua morte em 1823.

A partir de 1821 começa a haver a publicação de jornais no Brasil com maior liberdade. Então cada grupo terá sua forma impressa de se manifestar. Assim surge outro campo de embate entre José Bonifácio de Andrada e Silva e Joaquim Gonçalves Ledo, os jornais.

Ledo publicará o *Revérbero Constitucional Fluminense*, que como próprio nome demonstra encabeçou a campanha pela convocação da Assembleia Constituinte Brasileira. Este jornal era verdadeiramente independente, já que não possuía nenhum vínculo com o governo. Em contraposição ao *Revérbero* Bonifácio orientaria principalmente dois jornais *O Espelho*, editado por Ferreira de Araújo, ex-editor do Correio do Rio de Janeiro, e o *Regulador Brasílico-Luso* (depois *Regulador Brasílico*) editado pelo maçom frei Francisco de Santa Tereza de Jesus Sampaio, e que pelo seu primeiro nome já demonstrava claramente o ideal de José Bonifácio de manter o Reino, dentro de uma monarquia constitucional.

O embate entre os jornais adentrará as colunas do Grande Oriente Brasílico, e mostrará que dentro da Maçonaria a influência de Gonçalves Ledo prevalece sobre José Bonifácio, apesar de o primeiro ter um cargo hierarquicamente menor, já que Bonifácio era o Grão-Mestre e Ledo o seu Primeiro Vigilante. Contudo verificamos que nas reuniões mais importantes daquele ano de 1822 Ledo presidirá as sessões, função que caberia a Bonifácio, mostrando que este perdera seu espaço na instituição.

Na sessão de 09 de Setembro de 1822 em reunião do Grande Oriente Brasílico, sem que houvesse tempo

hábil para se ter notícias do que teria acontecido no dia 07 de Setembro daquele ano, Joaquim Gonçalves Ledo presidiu uma das reuniões mais importantes da maçonaria brasileira. Tendo nesta reunião sido proposta a Independência do Brasil e a proclamação do Príncipe Regente com Imperador do Brasil, assunto que detalharemos em tópico próprio. Com relação aos jornais, nesta mesma sessão do Grande Oriente, Ledo fez aprovar moção para que o editor do *Regulador Brasílico* comparecesse a uma Assembleia Geral e desse explicações acerca de suas ideias, que para a Maçonaria (Ledo), feria os interesses do Brasil. Em caso de não comparecimento do editor, o maçom frei Sampaio, sofreria as penas maçônicas e os maçons deveria cancelar assinatura do periódico e devolver as edições anteriores. Transcrevo parte da ata daquele dia:

Sendo proposto por um dos Iir.: que a doutrina politica proclamada no periódico intitulado O Regulador éra subversiva dos princípios constitucionaes e jurados n'esta Aug.: Ord.: enquanto pretendia fazer persuadir aos povos do Brazil principios aristocraticos, que não se compadecem com a liberdade constitucional, que os Brasileiros anhelão e que só pode fazer a sua felicidade politica, e muito mais, quando tal doutrina é diametralmente opposta ao sistema constitucional abraçado, proclamado, jurado e seguido pelo Aug.: e Perpetuo Defensor do Reino do Brazil, e por tanto, só propria para nocer a seus interesses provando as asserções insidiosas do congresso de Lisbôa de que os aulicos do Rio de Janeiro pretendem restabelecer os despotismo o que é falso, e que por isso deveria ser chamado ao Gr.: Or.:, em assembléa geral, o redactor d'aquelle periodico, para ser reprehendido, por procurar propagar taes principios desorganizadores, em contravenção aos juramentos que prestára n'esta Aug.: Ord.:, quando foi empossado no lugar que occupa no quadro n° 1 foi approvada a proposição debaixo da comminação de penas MMAç.: no caso de desobediencia ao chamamento, ficando logo resolvido, que deveria effectuar-se o comparecimento em assembléa, que então se destinou para o dia 23 do mesmo mez, e que aquelles dos nossos Iir.: que fosse assignantes do Regulador, enviassem immediatamente ao redactor os numeros do mesmo periodico, que tivessem, com carta em que lhe significassem que o dispensavão da continuação de remessa dos numeros ulteriores, bem como da restituição da assignatura recebida por se contentarem conhecer um homem com tão pouca despeza.
(<http://www.glojars.org.br>).

O frei Sampaio comparecerá a sessão do dia 13 de Setembro de 1822, para afirmar que o que foi publicado não demonstrava claramente suas ideias, e que havia reproduzido extratos de correspondência de terceiros, e que nas próximas edições se retrataria expressando sua opinião pessoal, tendo 1º Vigilante Ledo, que novamente presidia a sessão, o repreendido com veemência, para depois pedir aos maçons que esquecessem aquele episódio.

Fica claro que o alvo da repreensão de Ledo não era frei Sampaio, era sim José Bonifácio. E que o primeiro usou de sua influência dentro da maçonaria para silenciar a voz de Bonifácio junto ao jornal *O Regulador Brasílico*. Era mais um movimento neste verdadeiro tabuleiro de xadrez, entre estes dois contendores maçônicos, sendo que neste momento Ledo põe em xeque a influência de Bonifácio junto ao Grande Oriente Brasílico.

Vemos que havia muito mais entre estes dois maçons além da luta pela independência do Brasil, havia sim a luta pelo poder dentro, e principalmente fora da maçonaria.

3.3 - A LUTA DOS MALHETES

Na Maçonaria o símbolo do poder é o malhete, no caso do Grande Oriente Brasílico em 1822 o primeiro malhete pertencia José Bonifácio, já que o mesmo detinha o maior cargo, que era o de Grão-Mestre. O Grão-Mestre Adjunto, que seria o substituto imediato de José Bonifácio, era o marechal Joaquim de Oliveira Alves. O Joaquim Gonçalves Ledo era o Primeiro Vigilante. Porém, durante o ano de 1822, observamos que Ledo vai ganhando espaço no Grande Oriente Brasílico, e usará de seu prestígio na Maçonaria para influenciar o Príncipe Regente D. Pedro.

Como vimos em tópico anterior, na sessão do Grande Oriente Brasílico realizada provavelmente em 09 de Setembro de 1822, Joaquim Gonçalves Ledo presidiu a sessão que foi aprovado moção contra o editor do período *O Regulador*, que seguia orientação de José Bonifácio. Esta atitude servia para atingir a pessoa do Grão-Mestre, e afrontar sua autoridade dentro da Ordem Maçônica.

Nesta mesma sessão o Primeiro Vigilante fez um discurso inflamado pedindo a independência do Brasil e a proclamação de D. Pedro o Imperador Constitucional do Brasil. O termo constitucional demonstra a preocupação de dar a nova nação um cunho liberal, já que Ledo acreditava numa independência mais próxima da República, e para isto o controle constitucional seria indispensável. A ausência do Grão-Mestre em tão importante sessão demonstra o choque de interesses dos principais malhetes da Maçonaria brasileira. Vejamos mais um trecho daquela ata:

Aberto o Gr.: O.: em Assembléa geral de todo o povo Maçon.:, o Ill.: Ir.: 1º Vig.: dirigiu á Aug.:

Assembléa um energico, nervoso e fundado discurso, ornado d'aquella eloquencia e vehemencia oratoria, que são peculiares a seu estilo sublime, inimitavel e nunca assaz louvado, e havendo elle com as mais solidas rasões demonstrado que as actuaes politicas circumstancias de nossa patria, o rico, fertil e poderoso Brazil, demandavão e exigião imperiosamente que a sua cathegoria fosse inabalavelmente firmada com a proclamação de nossa Independencia e da Realeza Constitucional na pessoa do Augusto Principe Perpetuo Defensor Constitucional do Reino do Brazil, foi a moção approvada por unanime e simultanea acclamação, expressada com o ardor do mais puro e cordial enthusiasmo patriotico. (<http://www.glojars.org.br>)

A luta dos malhetes ainda teve outros atos, agora com a participação direta do Príncipe Regente dentro da maçonaria. O Grande Oriente Brasílico fora criado com a intenção precípua de promover a independência do Brasil, e para este fim os maçons trouxeram D. Pedro para dentro da instituição, onde os grupos puderam novamente medir forças.

Como já vimos Bonifácio era o Grão Mestre do Grande Oriente Brasílico na sua fundação, e com o passar do tempo o Primeiro Vigilante Joaquim Gonçalves Ledo irá minar a influência do primeiro dentro da ordem maçônica. O ingresso de D. Pedro na maçonaria, e seu papel dentro da instituição, será novamente motivo de atrito entre os líderes maçônicos.

José Bonifácio aprovou a iniciação de D. Pedro na maçonaria em 13 de Julho de 1822, tendo este adotado o nome simbólico de Guatimozim (SOUSA, 2006). O Grão-Mestre dispensou os trâmites e em poucos dias eleva Guatimozim ao grau de Mestre Maçom, mostrando claramente que queria trazer D. Pedro para a maçonaria para aumentar a influência sobre o futuro imperador.

Joaquim Gonçalves Ledo não ficará inerte frente esta ofensiva de Bonifácio, e tentará influenciar o neófito (maçom recém iniciado) utilizando-se da maçonaria para tal fim. No mês de Setembro de 1822 numa sessão do Grande Oriente, novamente presidida por Gonçalves Ledo, como havia ocorrido na sessão do dia 09 daquele mês, o Primeiro Vigilante comunica ao povo maçônico que D. Pedro, para a maçonaria o irmão Pedro Guatimozim, havia sido escolhido para ser o Grão-Mestre do Grande Oriente Brasílico. Esta sessão ocorreu em 14 de Setembro, ou seja, apenas sete dias após o “grito do Ipiranga”. Sendo que a escolha de Pedro Guatimozim como Grão-Mestre teria ocorrido em uma sessão entre o dia 09 e 14 de Setembro de 1822, cuja ata nunca foi conhecida, o que leva a desconfiar que tal eleição talvez nunca tenha acontecido, Castellani, renomado autor maçom, assim descreve este momento de transferência de poder na maçonaria.

Nos primeiros dias após a Proclamação da Independência, de 7 de setembro de 1822, iam adiantadas as escaramuças entre os dois grupos, dentro do Grande Oriente, as quais culminariam com o golpe aplicado por Ledo, ao conseguir destituir Bonifácio do Grão-Mestrado, à socapa e fora de assembleia geral, empossando D. Pedro no cargo, a 4 de outubro de 1822. (CASTELLANI, 2000, p. 2)

Indiferente da forma que se deu a escolha de D. Pedro para Grão-Mestre, o que importa que Ledo tentou não só se aproximar mais do futuro imperador, mas, principalmente, anular o poder de Bonifácio junto a ordem maçônica. A substituição do Grão-Mestre foi um verdadeiro golpe dentro da maçonaria, retirando Bonifácio do mais alto cargo da ordem, colocando este em uma cilada, se reivindicasse seu cargo ofenderia D. Pedro, se deixasse a influência da maçonaria crescer sobre o Príncipe perderia influência sobre este. Sem dúvida a chegada de D. Pedro ao cargo de Grão-Mestre, do Grande Oriente Brasílico, foi o capítulo definitivo da luta dos malhetes entre Bonifácio e Ledo, e trará consequências drásticas à ordem maçônica e aos seus dois líderes.

3.4 – GUATIMOZIM E O ABATIMENTO DAS COLUNAS DO GRANDE ORIENTE

O mês de outubro de 1822 será decisivo para a maçonaria e seus líderes, em 04 de outubro D. Pedro é empossado Grão-Mestre do Grande Oriente Brasílico, já no dia 12 do mesmo mês é solenemente proclamado imperador constitucional do Brasil, tornando-se D. Pedro I.

O nome simbólico maçônico do imperador, Guatimozim, talvez já fosse uma previsão para o que se passaria no Grande Oriente, já que foi escolhido como homenagem a último imperador Asteca, morto em 1522. A entrada de D. Pedro na maçonaria acarretará seu fechamento, mesmo que temporário, sendo Pedro Guatimozim o último Grão-Mestre da primeira fase da maçonaria no Brasil.

O clima de hostilidade entre o grupo de Bonifácio e de Ledo chega ao máximo, e a maçonaria se torna um barril de pólvora pronto para explodir. Ainda dentro das manifestações pós-independência, o jornalista João Soares Lisboa, maçom ligado a Joaquim Gonçalves Ledo, publica artigo informando que D. Pedro I apoiaria a República se o povo assim quisesse (LUSTOSA, 2006). O imperador achou tal atitude subversiva e deu oito dias para que Soares Lisboa deixasse o Rio de Janeiro.

A tendência republicana do grupo de maçons, liderada por Ledo, fez com que Imperador, e Grão-Mestre do Grande Oriente Brasílico, sob a influência direta de José Bonifácio mandasse suspender os trabalhos do Grande Oriente para averiguações, D. Pedro I tentava investigar quais maçons estariam de seu lado e quais

poderiam ser perigoso na nova ordem que se estabelecia, como podemos verificar no texto do ato de suspensão dos trabalhos maçônicos, texto escrito de forma maçônica apresenta abreviaturas peculiares aquela ordem, datado de 21 de Outubro de 1822.

Meu Ledo: Convindo fazer certas averiguações tanto publicas como particulares na M.: mando primo como Imperador, secundo como G.: M.: que os trabalhos se suspendão até segunda ordem Minha. É o que tenho a participar-vos agora. Resta-me reiterar os meus protestos como I.: Pedro Guatimozin G.: M.: -S. Cristovão, 21 Obro. 1822. PS --- Hoje mesmo deve ter execução e espero que dure pouco tempo a suspensão porque em breve conseguiremos o fim que deve resultar das averiguações. (CASTELLANI, 2000, p.48)

O fechamento da maçonaria fora planejado por Bonifácio sobre a acusação de que havia uma conspiração de caráter republicano, liderada por Ledo. Os maçons foram ter com o imperador, e quase imediatamente, já no dia 25 de outubro de 1822 o Grão-Mestre escreve a Joaquim Gonçalves Ledo informando que os trabalhos maçônicos deveriam ser reiniciados, além de que revogou a punição aplicada a Soares Lisboa, pedindo que o mesmo fizesse uma pequena viagem e retornasse, para que pudesse dizer que as suas ordens foram cumpridas (LUSTOSA, 2006). Transcrevemos o bilhete assinado pelo Grão-Mestre e imperador, que em tese reativaria os trabalhos da maçonaria, mas por fim não foi isto que aconteceu.

Meu I.: Tendo sido outro dia suspendidos nossos augustos trabalhos, pelos motivos que vos participei, e achando-se hoje concluidas as averiguações, vos faço saber que segunda feira que vem os nossos trabalhos devem recobrar o seu antigo vigor, começando a abertura pela G.: L.: em assembléa geral. É o que por ora tenho a participar-vos, para que passando as ordens necessarias assim o executeis. Queira o S.: A.: do U.: dar-vos fortunas imensas como vos deseja o vosso I.:P.:M.:R.: +. (CASTELLANI, 2000, p.48)

A determinação de reabertura dos trabalhos maçônicos levará José Bonifácio a tomar a atitude drástica, que fará com que D. Pedro I decida finalmente por qual dos contendores maçônicos ele optará. Bonifácio considerou a decisão do imperador uma derrota pessoal frente a Ledo, e por isto dois dias depois da reabertura da maçonaria renuncia ao cargo de ministro. Três dias depois o imperador, em companhia de D. Leopoldina, consegue convencer Bonifácio a retornar ao governo e lhe dá carta branca para agir em defesa dos interesses de D. Pedro I.

Inicia-se um período de perseguições conhecida por a Bonifácia, que terá como principal alvo Ledo e seus seguidores, o que significa os maçons. Ainda no dia 30 vários maçons foram presos, e outros, como Ledo, tiveram que fugir temendo represálias de José Bonifácio. O bilhete transcrito abaixo mostra um verdadeiro terror dos maçons frente às perseguições aos maçons. O texto foi escrito pelo Cônego Januário da Cunha Barbosa, maçom do grupo do Primeiro Vigilante do Grande Oriente, e que foi editor do Revêrbero Constitucional Fluminense.

Lêdo – Escrevo precipitadamente, na continência de ser preso pelos agentes dos Andradas. José Bonifácio nos intrigou com o Imperador, convencendo-o de que somos republicanos e queremos sua morte e expulsão. Sei pelo Clemente que a ordem de nossa prisão já está lavrada. Esse homem que se tem revelado um tigre, que não fez a Independência, que a impediu até o último instante, e que somente a aceitou quando a viu feita, agora procura devorar aqueles que tudo fizeram pela Independência da Pátria, que a conseguiram com os maiores sacrifícios. O Drummond disse que o déspota faz questão de prender você para enforcá-lo. Lembre-se do que ele disse na Igreja de São Francisco. Não se exponha, não apareça na Corte, pois o grande ódio dele recai sobre você, que foi, como dirigente da Maçonaria, o principal obreiro, o verdadeiro construtor de nossa Independência. É das escrituras. Cônego Januario – 30 de outubro de 1822.”

(Texto retirado do site da Grande Loja do Rio Grande do Sul. http://www.glojars.org.br/institucional/historia_brasileira.htm).

Em outro bilhete, desta vez do Ministro José Bonifácio ao Intendente Geral da Polícia, demonstrava o quanto a prisão de Joaquim Gonçalves Ledo tornou-se um questão de Estado. No próprio dia 30 de Outubro de 1822 Ledo se refugia em um sítio, tendo por fim fugido para a Argentina em Novembro daquele, juntamente com João Soares Lisboa, tendo o ministro determinado o confisco dos bens do antigo Primeiro Vigilante.

É de todo necessário que se ponha em segurança o sobredito reu Joaquim Gonçalves Lêdo, mesmo que para isso se use violências ou gastos extraordinários ou se contrate representantes estrangeiros, protetores de republicanos e carbonários. E Vossa Majestade fará o possível, se for preciso, para o apanhar de qualquer forma. Disso dará conhecimento aos seus auxiliares, sendo que gratificará quem o descobrir, pagando-se um conto de réis, se for homem livre, ou a carta de alforria, se for escravo

(Texto: site da Grande Loja do Rio Grande do Sul. http://www.glojars.org.br/institucional/historia_brasileira.htm).

Diante destes fatos, apesar de não haver uma decisão formal do Grão-Mestre Pedro Guatimozim, que como já vimos havia permitido a reabertura dos trabalhos do Grande Oriente Brasílico, a luta entre Bonifácio e Ledo tornou inviável a reunião dos maçons, tendo a maçonaria com suas colunas adormecidas praticamente durante todo o reinado de D. Pedro I.

Bonifácio terá muita importância na construção do novo regime, que como ele idealiza teria um poder centralizado na figura do imperador D. Pedro I. Porém desavenças com relação à Assembleia Constituinte levará o imperador a destituir o ministério dos Andradas no ano de 1823, e neste mesmo José Bonifácio é deportado do Brasil.

Os trabalhos maçônicos só retomariam o antigo vigor a partir de 1829 com a fundação da Loja Educação e Moral, tendo a frente Joaquim Gonçalves Ledo, e em 1831 é recriado o Grande Oriente Brasileiro, que substituiu o Grande Oriente Brasílico, tendo como seu mentor o seu antigo Grão-Mestre José Bonifácio de Andrade e Silva, e na sua constituição uma norma se destaca, ficava proibida a discussão de temas políticos dentro dos templos maçônicos. Com certeza as feridas ainda estavam abertas.

4 – CONCLUSÃO

Ao final deste trabalho chegamos a algumas conclusões, que não são nem pretendem ser definitivas. Vimos que a historiografia brasileira cita a participação da maçonaria, e dos maçons, nos momentos decisivos para definir o rompimento definitivo do Brasil com Portugal, contudo as citações são esparsas e desconexas com o que realmente aconteceu. Cremos que um estudo detalhado mostrará que a participação da maçonaria será muito mais do que defender os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade.

A maçonaria encabeçou um movimento organizado, mesmo que havendo diferenças internas, em que suas posições levaram o então príncipe regente D. Pedro a tomar decisões, e por fim proclamar a independência do Brasil, tendo sido imediatamente apoiado pelo Grande Oriente Brasílico. Assim concluímos que houve sim um movimento planejado, organizado e executado pela maçonaria, que teve importância considerável naquele momento.

As lojas maçônicas, e mais precisamente a reunião destas no Grande Oriente Brasílico, foi um espaço privilegiado para as discussões que levaram a independência do Brasil. Foi o solo fértil onde mentes como Joaquim Gonçalves Ledo e José Bonifácio de Andrade e Silva puderam exercer suas influências sobre os maçons, e também sobre D. Pedro.

Sobre o papel dos dois líderes maçons observamos que cada um trabalhou para defender suas ideias, e que Bonifácio com o passar do tempo mudou sua opinião sobre a independência, terminando por apoiá-la e defender seu modelo de governo centralizador. Gonçalves Ledo, no entanto, muitas vezes conseguiu submeter Bonifácio a sua vontade, tendo sido muito importante para isto a sua luta pelo poder dentro da maçonaria, onde conseguiu neutralizar José Bonifácio.

Por fim verificamos que o modelo de Bonifácio vencerá, por ser mais próximo da vontade de D. Pedro I, mas a posição de Gonçalves Ledo na defesa de uma Assembleia Constituinte acelerou o processo de independência, além do ingresso do então príncipe regente na ordem para influenciá-lo.

Sobre as consequências para a maçonaria, apesar das colunas do Grande Oriente Brasílico terem ficado adormecidas de 1822 até praticamente o fim do primeiro reinado, achamos que o saldo deste primeiro momento da maçonaria brasileira foi positivo. Como mostramos o Grande Oriente Brasílico tinha um objetivo, a independência do Brasil. Desta forma, seu objetivo foi atingido, e se não continuou a funcionar foi porque representava claramente um perigo para D. Pedro I, já que as sementes do pensamento republicano haviam sido plantadas e já germinavam. O próprio temor sobre seu funcionamento demonstra quão forte era seu poder de organização.

Deste modo concluo que se queremos entender a independência do Brasil teremos que necessariamente discutir o papel da maçonaria, como uma entidade organizada que trabalhou por este objetivo, e não vê-la simplesmente como um local onde pessoas guardavam seus segredos de conspiração. ■

REFERÊNCIAS

- CASTELLANI, José. *A Maçonaria Brasileira na Década da Abolição e da República*. Rio de Janeiro: CopyMarket.com. 2000.
- LUSTOSA, Isabel. *O Nascimento da Imprensa Brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2003.
- _____. *D. Pedro I – Um herói sem caráter*. São Paulo: Companhia das Letras. 2006.
- MALERBA, Jurandir (Org.). *A Independência Brasileira – Novas Dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2006.
- SILVA, Luiz Carlos. *A Maçonaria para Neófitos*. Campina Grande, 2008.
- _____. *A Bíblia e o Rito Escocês Antigo e Aceito*. João Pessoa: Gráfica Krause. 2007.
- SOUSA, Ailton Elisiário. *Memorial Maçônico de Campina Grande – 8 décadas e mais de Regeneração Campinense*. Campina Grande: Gráfica da UEPB. 2006.

ENDEREÇO ELETRÔNICO PESQUISADO:

<http://www.glojars.org.br>

Biografias de GONÇALVES LEDO E JOSÉ BONIFÁCIO

Maçons na Independência

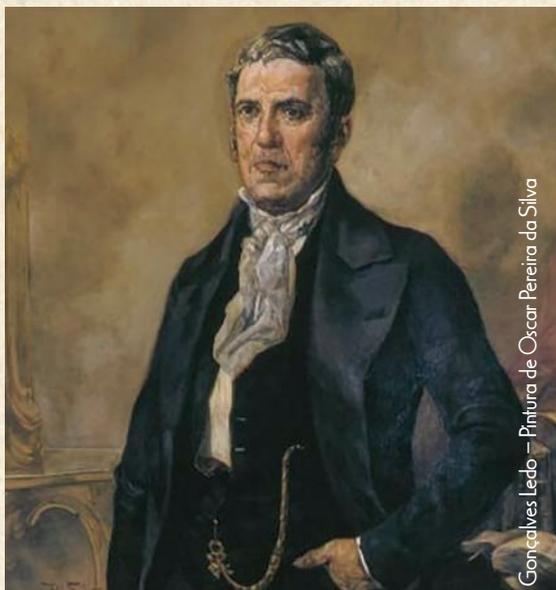
CARLOS ANTONIO PORTO DE SOUSA - M.: M.: (33°) ¹

Nosso propósito é apenas apresentar alguns dados destes dois guerreiros da liberdade, amantes da pátria e que tiveram os ensinamentos maçônicos com fundamento de seus posicionamentos diante da vida, em todos os seus momentos.

De características e posicionamentos políticos antagônicos, se uniram em torno do objetivo comum: a luta pela Independência do Brasil. Para cumprir com este objetivo, foram incansáveis guerreiros da liberdade.

Eis um pequeno relato destes heróis da nossa Independência.

JOAQUIM GONÇALVES LEDO



Gonçalves Ledo — Pintura de Oscar Pereira da Silva

¹ Obreiro da A.:R.:B.:B.:L.:S.: “Regeneração Campinense” nº 02

Membro titular da Loja Maçônica de Estudos e Pesquisas “Renascença” nº 1

Licenciado em História pela Universidade Federal da Paraíba – Campus II, atual Universidade Federal de Campina Grande.

JOAQUIM GONÇALVES LEDO (Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1781 — Fazenda do Sumidouro, Cachoeiras de Macacu, 19 de maio de 1847) foi um jornalista e político brasileiro.

O primogênito do comerciante Antônio Gonçalves Ledo e de D. Maria dos Reis Ledo, era irmão de Custódio Gonçalves Ledo. Aos 14 anos, mudou-se do Brasil para estudar em Portugal e entrou na Maçonaria.

Retornou ao Rio de Janeiro em 1808 para assumir os negócios da família. Continuou na Maçonaria e ingressou na política, lutando a favor da independência. Tornou-se adversário de José Bonifácio de Andrada e Silva em ambas as áreas.

Em 15 de setembro de 1821, fundou o Revérbero Constitucional Fluminense em parceria com Januário da Cunha Barbosa. Considerado um dos articuladores da Independência do Brasil, foi um dos responsáveis pelo Dia do Fico e pela convocação da Assembleia Constituinte de 1822.

Casou-se com Ana Carolina de Araújo em 1833. Ledo foi procurador e deputado provincial do Rio de Janeiro até 1834, quando abandonou a política e a maçonaria para viver em sua fazenda em Cachoeiras de Macacu, onde morreu aos 66 anos de ataque cardíaco.

Em 1795, foi para Portugal terminar os estudos e cursar Direito na Universidade de Coimbra, onde absorve os ideais liberais e é iniciado na maçonaria.

Era o ano de 1808 que, com a morte de seu pai, retorna ao Brasil, para assumir os negócios da. Mesmo sem concluir seus estudos, era considerado advogado por defender, com sucesso, vários pleitos.

Em 1815, ajudou a fundar e dirigir a loja maçônica *Comércio e Artes*, e o *Clube Recreativo e Cultural da Guarda Velha*, em 1818, objetivando atrair adeptos a favor da independência brasileira. Objetivo interrom-

pido por força de um alvará que decreta o encerramento das atividades da Maçonaria e do clube secreto, assim como a prisão de seus membros por conspiração política. Algum tempo depois, Dom João VI declarou perdão a Gonçalves Ledo.

Em 1820, passou a servir como oficial-mor na Contadoria do Arsenal de Guerra. Onde continuou a propagar as ideias liberais entre os militares graduados e encaminhá-los à Maçonaria.

Gonçalves Ledo e seus seguidores, unem-se ao Partido Brasileiro para buscar a independência, mas também a democratização da sociedade brasileira. Em 1821, as Cortes Portuguesa ordenam o retorno de Dom Pedro à Europa como medida a reação dos liberais. Em resposta, Gonçalves Ledo participa ativamente do movimento que reuniu assinaturas a favor da permanência do príncipe, culminando com o “Dia do Fico”, quando Dom Pedro I decretou sua permanência no Brasil, contrariando as ordens de Portugal.

Em 15 de setembro de 1821, juntamente com Januário da Cunha Barbosa, funda o Revérbero Constitucional Fluminense, onde passa a colaborar ativamente, defendendo os ideais liberais e da democracia, como armas para a independência do Brasil.

Quando da formação e convocação do Conselho de Procuradores Gerais das Províncias do Brasil, no início de 1822, Gonçalves Ledo propôs a convocação de uma Assembleia Constituinte, com sua sugestão acatada por D. Pedro, que o nomeia Procurador da província do Rio de Janeiro e Conselheiro do governo. Mas, por sugestão de José Bonifácio, prevaleceu a eleição indireta, contra a vontade de Gonçalves Ledo e dos liberais, que defendiam a eleição direta dos constituintes.

O liberal redigiu o “Manifesto dos Brasileiros” em agosto convocando os brasileiros a se unirem e a lutarem pela emancipação política do país: “*Não ouça entre vós, outro grito que não seja união! Do Amazonas ao Prata, não retumbe outro eco que não seja – Independência! Formem todas as nossas províncias o feixe misterioso, que nenhuma força pode quebrar*”. Em 7 de setembro de 1822, Dom Pedro I rompeu definitivamente os laços com Portugal e proclamou a Independência do Brasil. O príncipe foi aclamado Imperador Constitucional o Brasil, no dia 12 de outubro. Visando fortalecer um dos instrumentos de defesa do país, Gonçalves Ledo e o ministro da Guerra Luís Pereira da Nóbrega propuseram um plano para a organização das Forças Armadas do Brasil, aprovado pelo Imperador em 1823.

Em carta a José Clemente Pereira, Gonçalves Ledo diz que a Independência de um povo não pode ser feita por um homem só. É obra da opinião pública que é soberana, e que pulsa com força invencível com cons-

ciência nacional na luta por liberdade, destruindo déspotas e tiranos.

Acusado de republicano, Gonçalves Ledo foi ameaçado de morte por José Bonifácio. Perseguindo-o e o obrigando à clandestinidade e a se esconder na fazenda do Barão de São Gonçalo, em Niterói. Com a ajuda de Lourenço Westin, embarcou disfarçado de frade em um navio mercantil sueco para Buenos Aires. Na capital da Argentina, ainda sofreu com calúnias e foi considerado fugitivo. Hospedou-se na casa de seu amigo José Rodrigues Braga e trabalhou para garantir o seu sustento. Em outubro de 1823, a injustiça das acusações tornou-se evidente e o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro o absolveu por falta de provas. Em 21 de novembro do mesmo ano, retornou livre ao Brasil.

Eleito Deputado da Assembleia Provincial do Rio de Janeiro em 21 de setembro de 1822, não pôde assumir sua cadeira, que foi inicialmente ocupada pelo seu suplente, Martim Francisco. Só vindo a ocupar seu lugar na Assembleia em 6 de maio de 1826, quando da reabertura da Assembleia.

Com a maturidade e já sem o fervor da juventude, Gonçalves Ledo, alcançou uma posição de independência e de destaque em seus pronunciamentos na Assembleia Legislativa. Suas intervenções nos debates parlamentares eram sempre oportunas e coerentes, na análise de diversos relatórios, dos quais publicou o “Parecer da Comissão de Fazenda da Câmara dos Deputados à Assembleia Geral do Império do Brasil” nos anais do Congresso.



Gonçalves Ledo – Escultura de Ettore Ximenes (SP)

Em 1828, Gonçalves Ledo foi convidado a ser Ministro, mas recusou alegando ser achar incapaz de encerrar o peso e as dificuldades de tal função.

Em 1830, foi reeleito Deputado da Assembleia Provincial do Rio de Janeiro. Foi agraciado dignitário da Imperial Ordem do Cruzeiro e da Imperial Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo por Dom Pedro I, mas recusou a Imperial Ordem da Rosa e o título de Marquês.

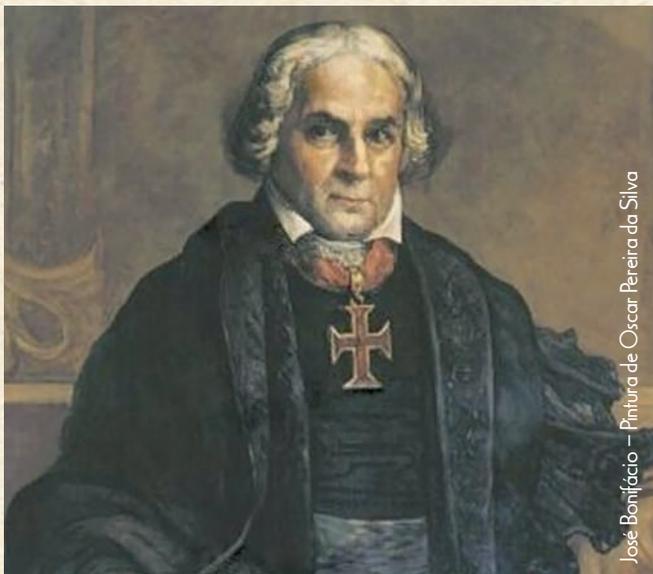
Em 1831, retornou suas atividades maçônicas e fundou três lojas: *Educação e Moral*, *Reunião Brasileira* e *Amor à Pátria*. Redigiu a sua autobiografia e memórias do seu tempo, documentos que fazem parte da história da Independência.

Casou-se com Ana Carolina de Araújo em 1833. Cansado, abandonou a política e a maçonaria em 1834 para dedicar-se a agricultura em sua Fazenda do Sumidouro, no município de Cachoeiras de Macacu, Rio de Janeiro. Ledo teve um ataque cardíaco aos 66 anos e morreu em 19 de maio de 1847.

Antipatizado por muitos, sofreu a violência do isolamento público e político, mas a memória de sua luta pela causa da independência e o seu destemido patriotismo não foi esquecido por aqueles que não se esqueceram de seu heroísmo na defesa da liberdade, igualdade e fraternidade.

Dedicou seu trabalho em defesa dos ideais liberais e sem almejar cargos, títulos ou notoriedade.

JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA



José Bonifácio – Pintura de Oscar Pereira da Silva

JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA – nasceu na Vila de Santos, no dia 13 de junho de 176, à época, Capitania de São Paulo. Filho de Bonifácio José Ribeiro de Andrada e de D. Maria Bárbara da Silva. Foi um naturalista, estadista e poeta brasileiro, conhecido pelo epíteto de Patriarca da Independência por seu papel decisivo na Independência do Brasil. Em 11

de janeiro de 2018, foi declarado oficialmente Patrono da Independência do Brasil. Além de sua atuação política, teve uma destacada carreira como naturalista, notadamente no campo da mineralogia, tendo recebido reconhecimento internacional ainda em vida. Descobriu quatro minerais, incluindo a petalita, que mais tarde permitiria a descoberta do elemento lítio, e a andradita, batizada em sua homenagem.

No campo político, foi ministro do Reino e dos Negócios Estrangeiros de janeiro de 1822 a julho de 1823, e, desde o início, colocou-se em apoio à regência de D. Pedro de Alcântara. Proclamada a Independência, comandou uma política centralizadora e organizou a ação militar contra os focos de resistência à separação de Portugal.

Durante os debates da Assembleia Constituinte, deu-se o rompimento dele e de seus irmãos Martim Francisco Ribeiro de Andrada e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva com o já Imperador Pedro I. Como consequência, em 16 de julho de 1823, o imperador demitiu-o do posto de ministro, e José Bonifácio passou à oposição.

Após o fechamento da Constituinte, em 11 de novembro de 1823, José Bonifácio foi banido e exilou-se na França, por seis anos. De volta ao Brasil e reconciliado com o Imperador, quando de sua abdicação, em 1831, assumiu a tutoria de seu filho. Permaneceu como tutor do futuro Pedro II até 1833, quando foi demitido pelo governo da Regência, devido a disputas por poder dentre as facções que o compunham.

Iniciou seus estudos em Santos e, em 1777, mudou-se para São Paulo para se preparar com o objetivo de realizar sua formação superior em Portugal. No ano de 1783 matricula-se nas Faculdades de Filosofia Natural e de Direito da Universidade de Coimbra. Diplomado como Bacharel em Leis e Filosofia Natural no ano de 1787.

Entre os anos de 1789 a 1819, permanece na Europa, onde ocupa diversos cargos a serviço da Coroa Portuguesa, realiza viagens de estudos como naturalista e membro da Academia Real de Ciências de Lisboa.

Voltando ao Brasil, recusa, de início, o cargo de Conselheiro, nomeado por D. João VI. Dando início a uma viagem de estudos naturalista, juntamente com seu irmão Martim Francisco, estudando a mineralogia de São Paulo.

Em 1821 e eleito representante pelas paróquias de São Vicente e Santos, juntamente com seu irmão Martim Francisco e mais dois eleitores. Sob a influência da Maçonaria, ocorre a revolta das tropas e do povo de São Paulo, que depõem o governo do Capitão-General João Carlos de Oyenhausen, a fim de ser constituída

uma junta governativa, José Bonifácio é convidado para presidir e eleição da mesma, e indica para presidente da junta o próprio governador deposto, ficando com a vice-presidência e indicando os membros restantes, entre os quais seu irmão Martim Francisco.

Representando a Loja Comércio e Artes e outros representantes de São Paulo, participa ativamente para convencer ao Príncipe Regente D. Pedro de Alcântara a permanecer no Brasil, redigindo a Carta que foi entregue a D. Pedro, pedindo, em nome dos paulistas, a sua permanência.

Em janeiro de 1822 é nomeado por D. Pedro, como Ministro do Reino e dos Negócios Estrangeiros.

Em junho de 1822 é aclamado Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil, com indicação e apoio de Gonçalves Ledo. Passando a fazer parte da Loja União e Tranquilidade, adota o nome simbólico de Pitágoras. Como Grão-Mestre propõe a iniciação de D. Pedro em 02 de agosto de 1822, que ocorre no mesmo dia.

Eleito Grão-Mestre, D. Pedro presta juramento e assume a direção dos trabalhos do Grande Oriente, deixando José Bonifácio sem cargos. D. Pedro é aclamado Imperador Constitucional do Brasil como consequência da ação e apoio da maçonaria. Ainda em outubro de 1822, por suas tendências absolutistas, José Bonifácio toma providências contra os liberais, em sua maioria Maçons e constitucionalistas, influenciando D. Pedro a ordenar o fechamento do Grande Oriente.



Não concordando com decisões de D. Pedro, pede demissão, no que é aceita. Contudo, pressionado pelos ‘andradistas’, D. Pedro solicita o seu retorno, que volta vitorioso, juntamente com seus irmãos. Dando início à perseguição aos maçons, com a prisão de muitos deles.

Inocentados os maçons da acusação que lhes foi impetrada por José Bonifácio e seus seguidores, os Andradas rompem com D. Pedro, indo ocupar suas cadeiras de representantes na Assembleia Constituinte, passando a fazer oposição ao Imperador.

Em outubro de 1823 e com a Assembleia dissolvida, por ato de D. Pedro, os Andradas são acusados de traição e deportados para a França; de lá retornando em julho de 1829, recebendo uma pensão de 4.000 contos de réis como indenização e fixando residência na Ilha de Paquetá.

Com a renúncia de D. Pedro I, José Bonifácio é nomeado tutor de seus filhos, quando se muda para a Quinta da Boa Vista, em agosto de 1831. Nesse mesmo ano, é eleito representante da Bahia na Câmara Geral dos Deputados e reinstalado o Grande Oriente do Brasil, assumindo como Grão-Mestre, tendo Gonçalves Ledo ocupado o cargo de 1º Grande Vigilante.

No ano de 1833, José Bonifácio é destituído do cargo de tutor dos filhos de D. Pedro I. Filia-se ao partido Caramuru ou Restaurador, que promovia a volta de D. Pedro I. Acusado de conspiração contra o governo, é preso e processado por traição à pátria, sendo exilado na Ilha de Paquetá, sob guarda permanente. Sendo sua prisão relaxada, por determinação da Regência, em 1835.

Falece em 1838, em Niterói, onde morava. ■

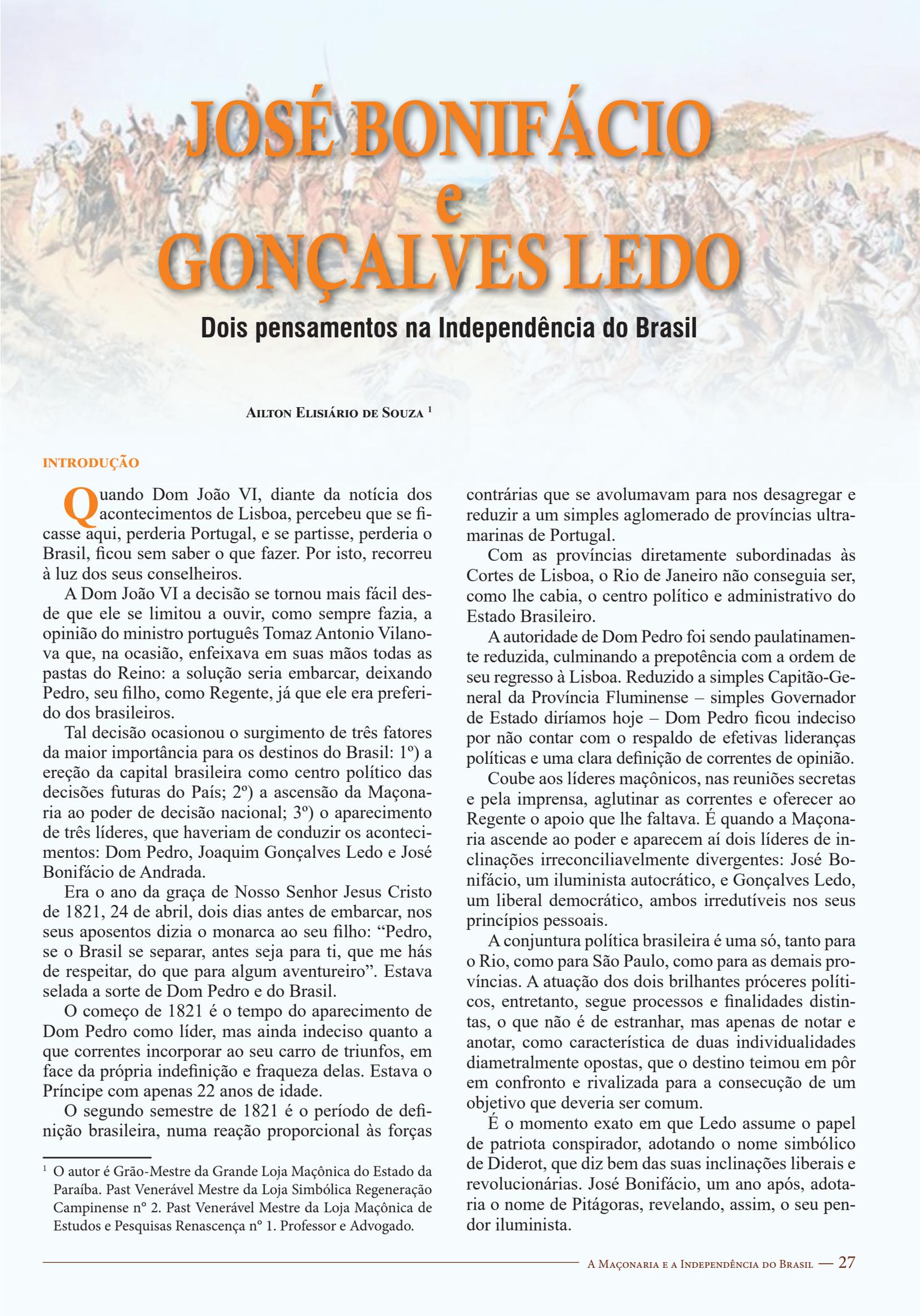
REFERÊNCIAS

ASLAN, Nicola. **Pequenas Biografias de Grandes Maçons Brasileiros**. Nicola Aslan – Editora Maçônica – Rio de Janeiro – RJ: 1973.

INTERNET:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Bonif%C3%A1cio_de_Andrada_e_Silva

https://pt.wikipedia.org/wiki/Joaquim_Gon%C3%A7alves_Ledo



JOSÉ BONIFÁCIO e GONÇALVES LEDO

Dois pensamentos na Independência do Brasil

AILTON ELISIÁRIO DE SOUZA ¹

INTRODUÇÃO

Quando Dom João VI, diante da notícia dos acontecimentos de Lisboa, percebeu que se ficasse aqui, perderia Portugal, e se partisse, perderia o Brasil, ficou sem saber o que fazer. Por isto, recorreu à luz dos seus conselheiros.

A Dom João VI a decisão se tornou mais fácil desde que ele se limitou a ouvir, como sempre fazia, a opinião do ministro português Tomaz Antonio Vilanova que, na ocasião, enfeixava em suas mãos todas as pastas do Reino: a solução seria embarcar, deixando Pedro, seu filho, como Regente, já que ele era preferido dos brasileiros.

Tal decisão ocasionou o surgimento de três fatores da maior importância para os destinos do Brasil: 1º) a ereção da capital brasileira como centro político das decisões futuras do País; 2º) a ascensão da Maçonaria ao poder de decisão nacional; 3º) o aparecimento de três líderes, que haveriam de conduzir os acontecimentos: Dom Pedro, Joaquim Gonçalves Ledo e José Bonifácio de Andrada.

Era o ano da graça de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1821, 24 de abril, dois dias antes de embarcar, nos seus aposentos dizia o monarca ao seu filho: “Pedro, se o Brasil se separar, antes seja para ti, que me há de respeitar, do que para algum aventureiro”. Estava selada a sorte de Dom Pedro e do Brasil.

O começo de 1821 é o tempo do aparecimento de Dom Pedro como líder, mas ainda indeciso quanto a que correntes incorporar ao seu carro de triunfos, em face da própria indefinição e fraqueza delas. Estava o Príncipe com apenas 22 anos de idade.

O segundo semestre de 1821 é o período de definição brasileira, numa reação proporcional às forças

contrárias que se avolumavam para nos desagregar e reduzir a um simples aglomerado de províncias ultramarinas de Portugal.

Com as províncias diretamente subordinadas às Cortes de Lisboa, o Rio de Janeiro não conseguia ser, como lhe cabia, o centro político e administrativo do Estado Brasileiro.

A autoridade de Dom Pedro foi sendo paulatinamente reduzida, culminando a prepotência com a ordem de seu regresso à Lisboa. Reduzido a simples Capitão-General da Província Fluminense – simples Governador de Estado diríamos hoje – Dom Pedro ficou indeciso por não contar com o respaldo de efetivas lideranças políticas e uma clara definição de correntes de opinião.

Coube aos líderes maçônicos, nas reuniões secretas e pela imprensa, aglutinar as correntes e oferecer ao Regente o apoio que lhe faltava. É quando a Maçonaria ascende ao poder e aparecem aí dois líderes de inclinações irreconciliavelmente divergentes: José Bonifácio, um iluminista autocrático, e Gonçalves Ledo, um liberal democrático, ambos irredutíveis nos seus princípios pessoais.

A conjuntura política brasileira é uma só, tanto para o Rio, como para São Paulo, como para as demais províncias. A atuação dos dois brilhantes próceres políticos, entretanto, segue processos e finalidades distintas, o que não é de estranhar, mas apenas de notar e anotar, como característica de duas individualidades diametralmente opostas, que o destino teimou em pôr em confronto e rivalizada para a consecução de um objetivo que deveria ser comum.

É o momento exato em que Ledo assume o papel de patriota conspirador, adotando o nome simbólico de Diderot, que diz bem das suas inclinações liberais e revolucionárias. José Bonifácio, um ano após, adotaria o nome de Pitágoras, revelando, assim, o seu pensador iluminista.

¹ O autor é Grão-Mestre da Grande Loja Maçônica do Estado da Paraíba. Past Venerável Mestre da Loja Simbólica Regeneração Campinense nº 2. Past Venerável Mestre da Loja Maçônica de Estudos e Pesquisas Renascença nº 1. Professor e Advogado.



José Bonifácio, em setembro de 1822, aderiu, como tantos outros, ao movimento pela Independência do Brasil.
Litografia de Sébastien Auguste Sisson

JOSÉ BONIFÁCIO

A Maçonaria abrigou estes dois grandes vultos da nossa História, que adotaram atitudes diferentes, retratando com extraordinária fidelidade o perfil psicológico de cada um. A José Bonifácio foi outorgado o título de Patriarca da Independência, mas terá sido ele verdadeiramente o patriarca?

Considerado pai ou autor da nossa libertação política, essa lenda nascera em 1832, da luta fantástica, áulica de um pintor, que entendera de expor um quadro na Rua do Ouvidor, com a figura de José Bonifácio encimado do título Patriarca da Independência. Sua grande parentela e afeiçoados logo apadrinharam a ideia, espalhando-a e dando-lhe foros de verdade histórica.

Mas, na verdade, tudo que fizera José Bonifácio em setembro de 1822 fora aderir como tantos outros, ao movimento pela Independência, encabeçado pelos liberais de Gonçalves Ledo.

Diz o historiador Heitor Lyra, em História de Dom Pedro II, escrito em 1938, que “José Bonifácio aderiu à Revolução, como ele chamava esse movimento. Não podendo vencê-lo porque chegara tarde para tanto e a política inepta das Cortes de Lisboa concorria para precipitá-lo e, antes de ser por ele vencido, preferiu dar-lhe a sua adesão e vencer com eles. Poderia, assim, tirar-lhe todos os proveitos, como de fato tirou, sem sofrer-lhe as consequências”.

Aníbal do Amaral Gama, em a Lenda do Patriarcado, afirma que “percorreu todos os pontos capitais da história da Proclamação da Independência e não encontrou um só com a efetiva autoria de José Bonifácio e que pudesse justificar a concessão do seu título de patriarca; pelo contrário, os mais importantes e os mais decisivos foram por ele combatidos. Para elevá-lo ao galarim da glória, houve necessidade de se falsificar a história e inventar-se a formidável patranha do Ipiranga. Para chegar a tanto, foi preciso sonegar à publicidade valiosos documentos, cujo teor desapareceu dos livros didáticos e da memória das gerações modernas”.

Assis Cintra, em Homem da Independência, escrito em 1921, disse: “de biblioteca em biblioteca, de arquivo em arquivo, de pesquisa em pesquisa, chegamos, após anos de estudo, a uma conclusão dolorosa: José Bonifácio não é o Patriarca da Independência, o supremo arquiteto da emancipação política do Brasil”.

O Arquivo Diplomático da Independência, obra comemorativa do primeiro centenário da nossa emancipação, publicada pelo Ministério das Relações Exteriores, registra: “José Bonifácio, que até as proximidades da Independência, senão até depois de Sete de Setembro, não repudiava a ideia de união dos dois Reinos, recomendava aos deputados eleitos por São Paulo às Cortes de Lisboa, nas Instruções de 9 de outubro de 1821, a tese da individualidade do Reino Unido”.

A. Tenório de Albuquerque, em José Bonifácio – O Falso Patriarca, escreve que “um fato há, de excepcional gravidade, praticado por José Bonifácio, como Ministro, a que ainda não vimos a menor referência por parte dos nossos historiadores, aprendizes ou mes-

tres. José Bonifácio escamoteou a nossa Independência. Ele a ocultou indevidamente aos países estrangeiros, talvez ainda com a ilusão de ver realizado o seu ideal de Reino Unido Portugal-Brasil”.

“José Bonifácio, ocupando o posto de Chefe do Gabinete ou Primeiro-Ministro, trabalhava não pela emancipação total, completa e integral do Brasil, de acordo com as aspirações dos brasileiros, e sim de acordo com os desejos de Portugal, que se empenhava para a manutenção do Reino Unido de Portugal e Brasil. Proclamada a nossa Independência, só mais de um mês depois era feita a comunicação oficial ao nosso representante, quando o fato devia de imediato, ter sido transmitido”. Felisberto Caldeira Brant, o Marquês de Barbacena, era nosso representante em Londres, lá se encontrando com a missão específica de conquistar o apoio da Inglaterra para o nosso movimento emancipacionista.

GONÇALVES LEDO

Gonçalves Ledo, porém, ao contrário de José Bonifácio, dominado pelo espírito de brasilidade, era o grande propulsor da nossa independência. Artur Pinto da Rocha, em conferência pronunciada em 1922 no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, enaltecendo a obra de Ledo, assim falou: “Joaquim Gonçalves Ledo, o alucinado de 21 de abril; o jornalista temível do Revérbero, um dos provocadores audaciosos do Fico; o procurador geral da Província do Rio, que pediu a convocação da primeira Constituinte; o maçom de tremenda envergadura, que converteu o Grande Oriente em catapulta contra a opressão e impulsionou o movimento separatista; o rival implacável de José Bonifácio; o terrível concitador das multidões, que abalou a alma brasileira das ruas”.

João Dornas Filho, em Os Andradas na História do Brasil, assim disse: “a Ledo e Januário se deve a proclamação do Imperador, forçando-o ao Fico, coberta com 8.000 assinaturas”. Affonso de Taunay, em Grandes Vultos da Independência Brasileira, disse que a Ledo, “representante do Rio de Janeiro, tocou-lhe o mais brilhante e notável destaque, como um dos máximos pregoeiros da Independência”.

José Bonifácio e Gonçalves Ledo eram maçons, tendo sido o primeiro Grão-Mestre e o segundo Grande Primeiro Vigilante do Grande Oriente do Brasil. José Bonifácio ingressou na Maçonaria em 20 de maio de 1822, quando já há mais de um ano Gonçalves Ledo organizara as forças maçônicas para lutar em prol da nossa emancipação política.

Ambos os maçons trilhando caminhos opostos, Bonifácio e Ledo puseram a Maçonaria a serviço da Independência, diferenciados nos seus ideais. Bonifácio aspirava um Reino Unido Portugal-Brasil, Ledo sonhava um Estado independente. E como se posicionou a Maçonaria?

MAÇONARIA

Não há mais quem possa negar à Maçonaria um papel preponderante na emancipação política do Brasil.

Gonçalves Ledo, dominado pelo espírito de brasilidade, foi o grande propulsor da nossa independência. Obra comemorativa do 1º Centenário da Independência do Brasil, mandada executar pela Câmara Municipal da cidade de Santos. (Alamy).



Realmente, desde 1815, com a fundação da Loja Comércio e Artes, a ideia independencista começou a agitar os espíritos brasileiros. Em 1820, descoberta uma conjuração, foram perseguidos os maçons. Porém, no ano seguinte, eles conseguiram triunfar organizando lojas pelos quatro cantos do país. E em princípio de 1822, com a criação do Grande Oriente, os “carbonários”, como assim eram chamados por Dom João VI e pelas autoridades, adquiriram um formidável prestígio político. (A. TENÓRIO DE ALBUQUERQUE, *A Maçonaria e a Independência do Brasil*, pag. 21).

O Dia do Fico, 9 de janeiro de 1822, marcou o início de nossa emancipação política. Escreveu Gustavo Barroso, em *História Secreta do Brasil*: “Sua Alteza fica! Foi o brado de triunfo maçônico. O Fico era a porta aberta para a Independência. No dia em que o Príncipe oficializou a sua desobediência às Cortes de Lisboa, a separação do Brasil de Portugal está virtualmente feita. Com mais um esforço se consumaria. A obra havia sido levada a cabo com mestria pelos maçons de lá e de cá”.

Adolfo Varnhagen, em *História da Independência do Brasil*, afirmou que “enquanto o Príncipe, por sua parte, assim continha entretida a tropa, trabalhavam nos clubes maçônicos José Clemente Pereira, Joaquim Gonçalves Ledo, oficial maior da Contadoria do Arsenal do Exército, padre Januário da Cunha Barbosa, Manoel Alves Branco Muniz Barreto e outros, deliberando acerca do modo mais conveniente de organizar no Brasil um governo perpetuamente livre”.

Ao discurso do maçom José Clemente Pereira, apelando para sua permanência no Brasil, seguida da leitura da representação dos fluminenses redigida pelo maçom frei Francisco Sampaio, o Príncipe respondeu: “como é para o bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto, diga ao povo que fico”.

Viriato Correa, em *Terra de Santa Cruz*, assim diz: “nos dias em que antecederam ao Fico, foi a cela de Frei Sampaio a fornalha da insurreição. José Clemente, França Miranda, todos os vultos predominantes do movimento, entre aquelas quatro paredes, até tarde da noite, assentaram os termos da representação popular que impediu Dom Pedro de voltar a Portugal como exigiam as Cortes em Lisboa”.

O grande propulsor do Fico foi o maçom José Joaquim da Rocha, uma das figuras de mais realce da Loja Comércio e Artes e, depois, fundador da Loja Distintiva, da Praia Grande, hoje Niterói. Ao seu redor congregaram-se vários maçons, que constituíram o desassombrado Clube da Resistência, que passou a ter caráter de sociedade secreta, haja vista o fechamento da Loja Comércio e Artes.

Por mais que forcejem os falsificadores de nossa História para encobrir a Verdade, para mistificar os fatos, não conseguirão ocultar que o Fico foi de iniciativa de um patriota maçom e um movimento de caráter nitidamente maçônico.

Administrativamente, o ato de 9 de janeiro teve uma consequência imediata: Dom Pedro ficou sem

ministros, porque estes não quiseram colocar-se contra a sua pátria. Na recomposição, para ministro do Reino, a pasta mais importante, Dom Pedro só encontrou uma figura entre os brasileiros: José Bonifácio, com a dupla vantagem extra de carrear para o seu lado os paulistas, e ser cortejado pelo seu valor e prestígio por todas as facções políticas, inclusive pela Maçonaria de Ledo.

O regime independente que o luso-brasileirismo de José Bonifácio queria era o mesmo que desejava Dom Pedro, e era o mesmo que a inteligência de Gonçalves Ledo colocara na boca de Clemente Pereira, no discurso de 9 de janeiro.

O *Revérbero Constitucional Fluminense*, jornal de Ledo e de Januário, funcionou de 15 de setembro de 1821 a 8 de outubro de 1822, pregando a independência monárquica e preparando o espírito público para o que deveria de vir. Bonifácio percebeu isto e quando o Regente partiu para Minas em 25 de março, aproveitou o ensejo para baixar em 10 de abril uma portaria mandando espreitar ajuntamentos e clubes maçônicos e prender suspeitos.

Quando Dom Pedro regressou de Minas, o nosso primeiro jornal político o saudou em sua edição de 30 de abril com um artigo que ficou célebre pelo seu incitamento imperativo: “Príncipe! Não desprezes a glória de ser o fundador de um novo Império”. E em 18 de maio, o *Revérbero* adotou a ideia da convocação de uma Assembleia Constituinte Brasileira, que resultou numa petição entregue ao Príncipe em 23 de maio, endossada com 5.000 assinaturas.

Neste exato instante firmava-se peremptoriamente o comando maçônico dos acontecimentos. A convocação dessa Assembleia equivalia ao pagamento de mais uma prestação dessa independência conquistada por etapas, valendo ao mesmo tempo, como mais uma vitória sobre a tutela de José Bonifácio.

A Maçonaria continuava o seu trabalho lento, mas persistente, em prol da construção da nacionalidade. Precisava-se trazer o Príncipe definitiva e ostensivamente para o lado da causa pública. A Loja Comércio e Artes era o cérebro do poder legislativo do Rio de Janeiro, tendo como ponta de lança no Senado da Câmara o seu Presidente, Clemente Pereira.

Na sessão do dia 10 de maio, o Brigadeiro Domingos Alves Branco (irmão Solon), secretário da oficina, propôs que fosse conferido a Dom Pedro o título de Protetor e Defensor Perpétuo do Brasil, o que foi aprovado por unanimidade. Ledo e Januário redigiram o discurso que seria pronunciado por Clemente Pereira (irmão Camarão), orador da Loja. Três dias depois isto foi feito e Dom Pedro assinou a Ata da Câmara como Defensor Perpétuo do Brasil.

Cortejado pelos maçons, mas inimigo da Maçonaria, que sabia republicana, José Bonifácio, sentindo a necessidade de ter um grupo deles ao seu lado, com a mesma orientação política, aceita entrar para a Nobre Ordem dos Cavaleiros da Santa Cruz, fundada em 2 de junho pelo maçom José Joaquim da Rocha, da Loja

Comércio e Artes. Esta sociedade passaria para a História com o nome de Apostolado, que adquiriu um ano depois. Para ela, Bonifácio leva Dom Pedro, como Presidente ou Arconte-Rei, ficando ele como Primeiro Cônsul, ou segunda pessoa da agremiação. Eram a instituição e o cargo que lhe convinham para dividir os maçons e controlá-los de mais perto, conhecendo, ao mesmo tempo, os seus verdadeiros amigos. Estes pertenceriam tanto ao Apostolado quanto à Maçonaria, de forma que ele, Bonifácio, estivesse sempre a par do que ia do lado dos “carbonários”.

A data de fundação do Apostolado ocorreu depois de dois sucessos que abalaram o prestígio do grande Andrada: a sedição em São Paulo contra ele e seus irmãos de sangue e a aprovação pelo Príncipe de convocação da Constituinte, proposta pela Maçonaria contra a sua vontade. A Organização encerrava, pois, intentos revanchistas. Durou 13 meses e só teve duas realizações positivas: a elaboração do projeto da Constituição do Império e a demissão de Bonifácio do Ministério, em 16 de julho de 1823, em consequência da devassa efetuada no Apostolado pelo próprio Imperador.

Os maçons fluminenses concentrados na Loja Comércio e Artes acharam que era chegado o momento de uma ação mais efetiva e dinâmica e resolveram dar um comando único nacional à toda Instituição. Para isto, fundaram em 17 de junho o Grande Oriente do Brasil, com o desdobramento da Loja Comércio e Artes em três: Comércio e Artes, União e Tranquilidade e Esperança de Niterói, condição indispensável para a fundação de um Grande Oriente ou Grande Loja, conforme os cânones maçônicos. A tripartição das lojas aconteceu na sessão do dia 21, quatro dias depois da fundação do Grande Oriente, o que, maçonicamente, foi uma irregularidade, pois três ou mais lojas é que formam um Grande Oriente ou Grande Loja, e não o inverso, como se deu.

Almir Sant’Anna Cruz, em *A História que a História não conta*, diz que há historiadores que não entendem ou não querem admitir que na sessão do dia 21 o único assunto tratado foi o sorteio e a nomeação para os cargos de cada uma das lojas que haviam sido criadas na sessão do dia 17. E citando Teixeira Pinto, em *A Maçonaria na Independência do Brasil*, transcreve: “Interpretando fielmente o curso dos trabalhos realizados nas duas Assembleias Gerais poderíamos dizer que a segunda foi unicamente a continuação da primeira, para que ficassem concluídas as formalidades indispensáveis à instalação de um Grande Oriente com caráter de única Potência Maçônica legal e legítima no Brasil. Para esse fim tornava-se necessário criar três Lojas e mantê-las sob sua jurisdição, em pleno funcionamento”. Como se lê na ata da primeira sessão, após a nomeação do Grão-Mestre e do Delegado do Grão-Mestre, seguiram-se as nomeações dos Oficiais da Grande Loja e dos Veneráveis Mestres das três Lojas Metropolitanas, que vieram a ter na segunda sessão a distribuição dos maçons entre as três Lojas e a nomeação de seus Oficiais e declaradas instaladas.

O Grande Oriente começou a funcionar no Rito Moderno ou Francês. Entretanto, como a Loja Comércio e Artes vinha do Rito Adonhiramita, o Grande Oriente conservou o calendário desse rito, pelo menos até 1865, como esclarece Nicola Aslan, fazendo o ano maçônico começar em 21 de março, ao contrário do Rito Moderno, que faz começar em primeiro de março. Daí a confusão generalizada sobre as datas maçônicas da Independência.

Entenderam os maçons que a independência não podia ser feita sem José Bonifácio e Dom Pedro, para que fosse proclamada sem lutas e sem reação, numa conjugação de forças não muito harmônicas, mas perfeitamente conciliáveis, desde que cada uma cedesse alguma coisa: o Príncipe, como a única pessoa capaz de manter a unidade nacional, e Bonifácio, por ser o ministro do Reino, mentor espiritual do Regente, e melhor tê-lo amigo do que como inimigo, dada a sua personalidade violenta.

Trazê-lo para as hostes maçônicas poderia redundar em anular-lhe as resistências e incorporá-lo ao esforço emancipador. Bonifácio, por sua vez, relutou em aceitar a indicação de seu nome para Grão-Mestre, na incerteza de que estaria em condições de dominar o ambiente, ou ser dominado por ele. De qualquer forma, dentro da Maçonaria, poderia melhor observar-lhe os movimentos e tomar as medidas acauteladoras mais rapidamente, no momento oportuno. Por isto, aceitou. Mas só compareceu às sessões 32 dias depois de eleito, em companhia de seu irmão Martim Francisco, para maior segurança. Não podia adivinhar, porém, que estava sendo utilizado pelos maçons apenas como engodo para atrair o Regente e tirar este do seu domínio espiritual, porque esta foi uma situação só desenvolvida mais tarde, quando ele já havia sido envolvido pelos acontecimentos. O resultado revelou claramente a supremacia da inteligência de Ledo sobre a de Bonifácio, na consecução dos objetivos patrióticos imediatos.

Em 13 de julho de 1822 a proposta de admissão à Maçonaria do Príncipe regente foi apresentada. Sérgio Corrêa da Costa, em *As Quatro Coroas de Dom Pedro I*, diz que “a proposta foi unanimemente aprovada por aclamação, e dispensaram-se todas as formalidades de tais propostas. E constando achar-se o proposto perto do templo, foi recolhido à Câmara de Reflexão e regularmente iniciado, sem dispensa de prova alguma, e tomou o nome heroico de Guatimozim, como era costume naquele tempo, sendo-lhe concedido, sem exemplo, o assento no Oriente”.

O nome Guatimozim que lhe foi proposto deve ter feito Dom Pedro meditar muito no seu simbolismo. Sabe-se que nos tempos recuados de 1522, no antigo Anhuac, atual México, um imperador azteca, filho do rei Ahintzot, sucessor do irmão de Montezuma II, enfrentando os conquistadores chefiados por Cortez, deixou reclinar o seu corpo em brasas, preferiu ser chagado sobre as grelhas rubras que os soldados conduziam, a dizer aos bárbaros onde ocul-

tava as opulências, as riquezas, as magnificências do seu império.

A história guardou que Bonifácio foi o autor da proposta de iniciação. O Barão do Rio Branco, em História da Independência do Brasil, registra que “por proposta do Grão Mestre da Maçonaria, José Bonifácio, foi Dom Pedro aprovado e recebido maçom no 13º dia do 5º mês maçônico, portanto, no dia 13 de julho desse ano de 1822. Ficou pertencendo à Loja Comércio e Artes. Três dias depois, foi elevado ao grau de “mestre” por proposta de Gonçalves Ledo”.

Com efeito, no dia 16, segundo alguns, ou 2 de agosto, segundo outros, em razão do calendário utilizado, se do rito francês ou do rito adonhiramita, o aprendiz Guatimozim foi exaltado a Mestre por proposta de Gonçalves Ledo, sendo-lhe concedida dispensa de interstício e ultrapassado o grau de Companheiro. Isto foi um golpe hábil dado por Ledo, não só para vincular mais Dom Pedro à Maçonaria, como para granjear-lhe maiores simpatias. A intenção era explorar-lhe a vaidade e apressar a nossa emancipação. Além disso, era imperioso fazer cessar as rivalidades, as intrigas incompatíveis com a Maçonaria, mas que ali já campeava.

Bonifácio não demonstrava real interesse pela instituição, tanto assim, que até 28 de setembro, presidiu apenas a 4 sessões, enquanto Ledo presidiu a 12, o que prova que as forças da Maçonaria na luta pela independência eram dirigidas pelo jornalista fluminense e não pelo sábio paulista.

Ledo concebeu a ideia de colocar Dom Pedro à testa dos destinos da Maçonaria, entregar-lhe o malhete do grão-mestrado. Assim, o Príncipe se sentiria mais fortalecido e receberia mais incentivos diretos dos maçons. Diz Manuel Joaquim de Menezes, em Exposição Histórica da Maçonaria do Brasil, que “essa resolução fora tomada em sessão particular da grande loja e não em assembleia geral, como era preciso; não se tinha prevenido o Grão-Mestre José Bonifácio, o qual não era possível que se opusesse, e mesmo convinha que dele partisse a proposta. Os irmãos que assim pensavam não foram ouvidos e tudo se atropelou”. Diz mais ainda que “o Grão-Mestre José Bonifácio, que com razão ficara despeitado pela eleição do Imperador ao grão-mestrado que ele ocupava, sem lhe haver comunicado, previamente, como era justo, ocultando o seu ressentimento, dispôs-se a vingar-se não só contra o principal autor da proposta, como contra toda a associação”.

Foi legal a eleição de Dom Pedro para Grão Mestre? Não. Absolutamente. As eleições para grão-mestre são marcadas com antecedência e o povo maçônico não fora convocado. Mas, o que não resta dúvida é que a proposta de Gonçalves Ledo predominou, o resultado foi mantido e Dom Pedro empossou-se no cargo de Grão Mestre, na mesma noite em que havia chegado de São Paulo, em 14 de setembro de 1822, ou seja, uma semana após o Grito do Ipiranga. Essa manobra política, embora visando o magno sonho de independência, não excluiu uma parcela marcante de interesse pessoal,

pois Gonçalves Ledo aspirava à privança do Príncipe, enquanto José Bonifácio trabalhava no mesmo sentido, coisa, aliás, muito comum nos bastidores políticos.

Dom Pedro, ao aceitar o grão mestrado, solidarizou-se com o grupo de Gonçalves Ledo, e se colocou por consequência, em antagonismo ao seu Ministro. Se, até a elevação de Dom Pedro ao Grão Mestrado do Grande Oriente, as duas facções mantinham uma aparente cordialidade, após esse acontecimento rompeu-se o tênue elo que as ligava, declarando-se, abertamente, as hostilidades entre eles.

O discurso de recepção na posse do novo Grão-Mestre, já então aclamado imperador, proferido por Domingos Alves Branco, mostrou um verdadeiro manifesto de oposição ao todo poderoso ministro José Bonifácio. Disse ele: “o ciúme que se atíça contra a nossa franqueza e lealdade, por aqueles que pretendem desviar-vos do trilho que tendes seguido, vos queira fazer inúteis as nossas honrosas fadigas e a nossa vigilância. Não acrediteis que é por amor de vós, mas, sim, pelo bom sabor do despotismo, que eles pretendem estabelecer, a coberto da vossa autoridade. Apartai-vos, digno Grão-Mestre, de homens coléricos e furiosos. Por mais cientes que eles sejam, nunca acham a razão e só propendem para o crime. Vós tendes sabedoria, prudência, comedimento e moderação: portanto, não vos deixeis abandonar a malvados. Atalhai todo o ulterior progresso de intriga, confiando nos vossos leais maçons”.

Dom Pedro não ignorava a força e a influência da Maçonaria. Todavia, diz Sérgio Corrêa, na sua obra já citada, que “só se manteve maçom enquanto a Ordem podia servir-lhe, já para a desviar de sua natural inclinação republicana, já para ensaiar, como num conselho privado, os atos definitivos da independência e da coroação. Aí ouviu pela primeira vez o brado “Viva o Imperador!” repetido em São Paulo na noite de 7 de Setembro. Teve aí a certeza de que, se recusasse, fariam sem ele a Independência”.

Pedro Calmon, o magnífico reitor da Universidade do Brasil, com a sua autoridade de eminente historiador, declara que Dom Pedro “teve aí a certeza de que fariam sem ele a Independência”. Reconheceu, portanto, que a Maçonaria era não só a grande propulsora do movimento emancipador, como capaz de, apenas ela, realizar a Independência.

A Proclamação da Independência foi obra incontestada da Maçonaria do Brasil. Segundo Gustavo Barroso, “foi realizada à sombra da acácia”. Este autor insuspeito, já por seu indiscutível valor, pela sua erudição, já por tratar-se de historiador inimigo rancoroso da Maçonaria, confirma resolução dos maçons proclamando a Independência do Brasil em 20 de agosto de 1822, com as seguintes palavras: “vindo de Santos para São Paulo, ao abeirar-se da cidade, à margem do Ipiranga, Dom Pedro recebeu o despacho do Rio de Janeiro que lhe davam, segundo se diz, notícias das ordens intransigentes das Cortes para a sua volta e do envio de expedições militares. A cavalo, rodeado

dos dragões de sua Guarda de Honra, uniformizados à austríaca, e dos membros de sua comitiva, amarfanhou os papéis, arrancou da espada e pronunciou as palavras que abriram novos horizontes ao Brasil: Independência ou Morte.

Era a declaração pública do que já estava resolvido nos subterrâneos. Rio Branco, anotando Varnhagen, diz que a independência já fora proclamada pela Maçonaria na sessão de 20 de agosto, “em assembleia geral do povo maçônico”, reunido na sede do Apostolado as três lojas metropolitanas, sob a presidência de Gonçalves Ledo.

Pandiá Calógeras, em *Formação Histórica do Brasil*, escreveu: “a 20 de agosto, o Grande Oriente proclamou, por proposta de Ledo, que era chegado o tempo de separação definitiva e completa de Portugal”. Assis Cintra escreve, em *Na Margem da História, Histórias que não vêm na História*: “num inflamado discurso, no Grande Oriente, sessão de 20 de agosto, Gonçalves Ledo proclamou a Independência do Brasil. Por toda a parte os maçons turbilhonavam, despertando o sentimento de liberdade”.

A data de 20 de agosto é tema de divergência entre diversos autores. Adolfo Varnhagen, em *História da Independência do Brasil*, equivocadamente declarou que a sessão maçônica em que se proclamou a independência do Brasil, realizou-se a 9 de setembro. O Barão do Rio Branco o corrigiu escrevendo: “Esta data está no Brasil Histórico, ano I, 1864, nº 46, mas é erro. Nesse mesmo número está a data maçônica: “sessão de 20 do sexto mês”. Corresponde isso a 20 de agosto, segundo o calendário dos maçons brasileiros. É também a data que se lê em Manoel Joaquim Menezes, na sua obra já também mencionada, página 39 a 41, nos seguintes trechos, reproduzidos por L. F. da Veiga, em *O Primeiro Reinado*.

Morivalde Calvet Fagundes, em *A Maçonaria e as Forças Secretas da Revolução* às páginas 137, diz que “na 12ª sessão do Grande Oriente, a 17 de agosto, presidida por José Bonifácio, o Grão Mestre nomeou Pereira da Nóbrega, então Ministro da Guerra, para o cargo de Delegado do Grão Mestre”. Na 13ª sessão do Grande Oriente, realizada a 4 de setembro, sob a presidência de Gonçalves Ledo, só foram tratados assuntos administrativos. No dia 9 de setembro realizou-se a 14ª sessão do Grande Oriente, em assembleia geral do povo maçônico. Aí, sim, foi proclamada a Independência do Brasil. A sessão foi presidida, mais uma vez, por Ledo, que, segundo diz respectiva Ata, “dirigiu à Augusta Assembleia um enérgico, nervoso e fundado discurso, ornado daquela eloquência e veemência oratória que são peculiares a seu estilo sublime, inimitável e nunca assaz louvado, e havendo nele, com as mais sólidas razões, demonstrado que as atuais circunstâncias políticas de nossa Pátria – o rico, fértil e poderoso Brasil – demandavam e exigiam imperiosamente que a sua categoria fosse inabalavelmente firmada com a proclamação da nossa Independência e da Realeza Constitucional na pessoa do Augusto Prín-

cipe, Perpétuo Defensor Constitucional do Reino do Brasil”. A moção foi aprovada por unânime e simultânea aclamação, expressada com o ardor do mais puro e cordial entusiasmo patriótico” (pag. 138).

José Castellani, em *A Maçonaria e sua Política Secreta*, às páginas 44, afirma que “no dia 20 de agosto de 1822 não houve sessão no Grande Oriente; tal falsa afirmação parte, como muitas outras, do já apontado erro de interpretação do calendário maçônico. A ata do Grande Oriente, em que consta esse fato, tem a data do 20º dia do 6º mês maçônico do Ano da Verdadeira Luz de 5822; como já foi esclarecido, o ano maçônico, com base no calendário religioso hebraico, iniciava-se no dia 21 de março e não no dia 1º. Assim sendo, o 6º mês começava no dia 21 de agosto e, portanto, o seu 20º dia era, na verdade, o dia 9 de setembro, dois dias após o “Grito do Ipiranga”; é claro, entretanto, que, com os poucos meios de comunicação da época, não se podia saber, no Rio de Janeiro, no dia 9, que a independência já havia sido proclamada, em São Paulo, no dia 7”.

Diz ainda Castellani: “nota-se que, diante do desconhecimento dos fatos ocorridos às margens do Ipiranga, a Maçonaria resolveu, no dia 9, realmente, proclamar Dom Pedro imperador do Brasil; todavia, em atenção à verdade histórica, não se pode afirmar que o Grande Oriente proclamou a emancipação no dia 20 de agosto, tendo, Dom Pedro, se limitado, apenas, a referendá-la no dia 7 de setembro. Isto é uma mentira e um cabotinismo sem limites, que originou, até o “Dia do Maçom”, a 20 de agosto, que é uma data que não representa, realmente, nada.”

Continuando, Castellani diz às páginas 45: “depois da Independência, Bonifácio esperava um passo em falso de seus adversários do Grande Oriente, para atacá-los; e isso aconteceu, quando ele soube, através dos espiões que mantinha no Grande Oriente, que Clemente Pereira, Nóbrega e Ledo haviam exigido, do imperador, três assinaturas em branco, além de prévio juramento à Constituição que a Assembleia Constituinte aprovasse.

As exigências eram, realmente, absurdas e Bonifácio se aproveitou disso para instigar Dom Pedro a fechar o Grande Oriente, o que ocorreu a 25 de outubro. A partir daí, o Andrada iniciou uma verdadeira “caça às bruxas”: o cônego Januário, Clemente Pereira e Nóbrega foram presos e deportados para a França; Domingos Alves Branco, Rocha, Gouveia e outros foram recolhidos à fortaleza de Santa Cruz, sendo removidos, depois, para as fortalezas das ilhas Conceição e das Cobras.

Ledo, o líder do Grande Oriente e principal alvo das iras de Bonifácio, escondeu-se em diversos lugares, até que (...) sob a proteção do maçom Lourenço Westin, cônsul da Suécia, embarcou para Buenos Aires, num navio sueco, conservando-se na capital Argentina, sob a proteção do presidente maçom Rivadávia e da maçonaria platina, até a queda dos Andradas, com a dissolução da Constituinte, a 12 de novembro de 1823.

Fechado o Grande Oriente e neutralizados os principais adversários de José Bonifácio, este e seu Apos-

tolado aumentaram a sua influência sobre o imperador. O Apostolado, todavia, não iria durar muito mais tempo do que o Grande Oriente, quando Dom Pedro, em 1823, recebeu uma carta redigida em alemão, onde era denunciada uma conjuração do Apostolado contra ele; no mesmo dia, acompanhado de 50 soldados, invadiu a sede da entidade, comprovando que a denúncia era verdadeira e mandando fechar o Apostolado.

Vencidas e reduzidas à importância as duas entidades, uniram-se os maçons e os cavaleiros do Apostolado, para obter a desforra, iniciando, então, um processo de solapamento do trono, que iria culminar com a abdicação de Dom Pedro I, a 7 de abril de 1831. (...) Derrubado o imperador, voltou a funcionar o Grande Oriente, trazendo, em seu seio, também os antigos apóstolos; José Bonifácio, assumindo o Grão Mestrado, depois de tudo que havia feito contra o Grande Oriente, lança um manifesto, em 1832, onde Dom Pedro é, injustamente, chamado de ingrato, autoritário e traidor; o incrível, no caso, é que o manifesto, assinado por Bonifácio, foi escrito por Gonçalves Ledo.

Um manifesto assinado pelo maior responsável pelo fechamento do Grande Oriente, em 1822, e redigido por aquele que mais sofreu as consequências desse ato de força! Infelizmente, sempre existiram, nos bastidores políticos, maçônicos ou não, mais tramas e conluios “do que supõe a nossa vã filosofia”. Os escritores maçônicos, de maneira geral, ocultam esse fato, que o pesquisador honesto e desapaixonado não pode deixar de relatar, pois os fatos edificantes e socialmente benéficos da política oculta não eliminam as mesquinhas e as alianças espúrias, na luta pelo poder.”

CONCLUSÃO

O Dia do Maçom, não obstante as divergências de datas pelos nossos historiadores, está fixado em nosso calendário como sendo 20 de agosto. Não nos importam tais divergências. O que importa na realidade, é que o papel que desempenhou a Ordem Maçônica no mais notável acontecimento da História do Brasil, foi tão importante e decisivo para a evolução social e política da Nação, que o Sete de Setembro se transformou na realidade dos sagrados ideais maçônicos de Amor à Liberdade.

Os maçons brasileiros, no seu Dia, podem regozijar-se de pertencer à Sublime Ordem Universal do Esquadro e do Compasso. Em verdade, embora os nossos compêndios escolares omitam a atuação maçônica nos movimentos libertários e de emancipação política, sempre coube à Maçonaria posição de destaque em tais ocorrências. Portanto, se a data de 7 de Setembro significa para todos os brasileiros o dia magno de consagração à Liberdade, o dia 20 de Agosto representa para os maçons o marco que os faz recordar das lutas e das vitórias da Instituição em prol da liberdade política da Nação.

Ambas as datas têm, pois, para os maçons brasileiros, alta representatividade em seus corações e em suas consciências, pois simbolizam as chamadas vivas da luta inextinguível contra as garras esmagadoras da tirania

e da opressão. Mais do que isso, esta data deve servir para nos lembrar que a luta pela independência não terminou, que o patriotismo não deve servir somente para demonstrações festivas, mas sim, como um sentimento vigoroso, que em todas as ocasiões deve estar latente em nosso espírito, em nossa mente, impulsionando-nos a agir com otimismo, a trabalhar com perseverança e a buscar sempre as melhores soluções para o bem-estar de nosso povo e de nossa querida pátria.

Nos tempos de paz, temos a obrigação de contribuir com nosso esforço, e até com sacrifício se preciso for, para se alcançar o bem comum, pois existe o patriotismo da paz da mesma forma que existe o patriotismo da guerra. Um dos mais importantes meios para nossa atividade patriótica é estarmos sempre alertas contribuindo em todos os momentos, em todos os segmentos de nossa participação na sociedade, dando o melhor de nossos esforços, com sinceridade, honestidade, altruísmo e fraternidade, para a realização de nossos objetivos.

Quando nós nos revestimos da qualidade de maçons, assumimos redobradas responsabilidades como cidadãos e como membros da Maçonaria, e temos o dever, conhecendo os princípios fundamentais da Ordem, de lutar e trabalhar no sentido de ajudar e servir esta terra maravilhosa.

Cada um de nós, maçons, nos orgulhamos de pertencer à Ordem, não só pelo que ela tem feito através dos séculos pela emancipação dos povos em todo o mundo; não só pelo que ela tem feito em favor dos desamparados, dos órfãos, das viúvas; não só pelo seu merecido prestígio; não só pelo impacto que ela causou nas lutas pela independência. Mas sim, porque nossa Ordem continua até hoje preservando os ideais pelos quais lutaram os irmãos que nos antecederam, seguindo seus exemplos e preparando, com os mesmos objetivos, os que continuarão a obra no futuro; mas sim, porque ela continua a ser fiel guardião dos anseios de liberdade, igualdade e fraternidade; mas sim, porque ela persevera em seu trabalho diuturno, buscando a perfeição para a humanidade; mas sim, porque ela acompanha passo a passo os acontecimentos mantendo-se atualizada e sempre pronta a dar a sua colaboração para se obter a harmonia, a paz e o bem-estar do povo.

Nos dias atuais podemos dizer que a situação da Maçonaria continua com o mesmo prestígio, dela participando valiosos elementos, em todos os setores da vida nacional. No comércio, na indústria, na agricultura, nas profissões liberais, encontramos muitos maçons, assim como nas forças armadas, nos poderes legislativo, executivo e judiciário, como em todas as entidades públicas. Entre os políticos, de todos os partidos, muitos são maçons. Temos certeza, que em suas atividades diárias, todos buscam, através do ideal maçônico, bem servir aos seus semelhantes, e lutar pelo bem-estar do povo e pelo progresso do Brasil. Dentro desse espírito de participação na comunidade, desse acendrado ideal de servir que é o objetivo da Maçonaria

ria, muito tem se beneficiado a sociedade, pois todos os movimentos resultantes das atividades maçônicas têm sempre como meta principal a melhoria do povo e o bem-estar da humanidade.

Dentro desse espírito de otimismo e confiança é que nós maçons, mesmo reconhecendo a situação ainda angustiosa que vivemos, nestes momentos de dificuldades, devemos como maçons, unidos a todos os compatriotas, manter viva a chama da esperança de melhores dias. Temos o dever de fazer renascer esse ideal, torná-lo realidade, colocando-o em prática em todos os momentos e em todas as atividades de nosso viver, fazendo hoje, para vencer as dificuldades que se interpõem em nossos caminhos, o mesmo que fizeram nossos Irmãos em 1822, ou seja, lutarmos por nossa independência e precipuamente, por nossa independência econômica.

A crise que ainda se defronta o país possui características peculiares, e que se tornou agravada por formulações anteriores equivocadamente ajustadas, cujas repercussões política e social foram negativas sobre a qualidade de vida do nosso povo. Mas, estamos confiantes na formulação de um grande projeto nacional, contendo os indispensáveis subsídios de todos os segmentos sociais, com o pressuposto básico do aperfeiçoamento democrático, do desenvolvimento acelerado das regiões mais pobres, notadamente do Nordeste, e da melhor redistribuição da renda nacional, pois tal projeto irá recolocar o país frente a frente com seu futuro, fazendo ressurgir o bem mais escasso no Brasil de hoje, que é a esperança.

Nesse contexto, a Maçonaria dará, mais uma vez, sua valorosa contribuição para unir o povo brasileiro em busca da solução da crise política, econômica e social que nos aflige. Devemos implantar nos trabalhos das oficinas os métodos para fazer renascer a esperança e o orgulho na consciência de cada cidadão. Devemos lutar para que cada brasileiro resgate a sua dignidade, que será representada pelo direito à habitação, emprego, saúde e educação. Devemos trabalhar por um objetivo comum, no qual possamos unir todos os setores da sociedade em busca da recuperação do Brasil. Devemos cada vez mais estimular a prática da sabedoria, da tolerância e o exercer da fraternidade.

A Maçonaria tem, neste momento, uma grande oportunidade de reafirmar-se no processo histórico brasileiro, bastando para isso transferir à sociedade todos os princípios que nos influenciam e nos dirigem. Confiemos neste povo que sempre soube enfrentar as dificuldades interpostas em seu caminho, e sempre soube encontrar a solução para suas dificuldades, acabando por fazer prevalecer o bem sobre o mal.

Com a fé no Altíssimo, unidos em um mesmo espírito de solidariedade, em uma mesma cadeia de união, demo-nos às mãos e juntos, com o sacrifício que for necessário, ajudemos aos nossos dirigentes a encontrarem a direção acertada para a solução dos nossos males, trabalhando para a construção de um presente harmonioso e benéfico para o nosso povo, e a certeza

de um futuro radiante e esplendoroso para nosso querido Brasil, sob a proteção e iluminação do Grande Arquiteto do Universo.

Eis, pois, no Dia do Maçom e da Independência do Brasil, a mensagem de transcendental importância à toda sociedade, face o papel que tem a Maçonaria a cumprir para o bem da humanidade. Não tivesse ela essa mensagem, já teria desaparecido na voragem do tempo, pelas perseguições de que foi vítima, pelas injunções políticas contrárias à sua trilogia de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, pelo inconformismo de seitas e ideologias imbuídas de fanatismo. Ela, entretanto, sobrepuja todas as adversidades e acaba triunfando, pois, tem uma missão sagrada a cumprir e que é a luta pelo aperfeiçoamento do homem. Toda sua simbologia, toda sua doutrina, todo seu ritualismo, têm por objetivo esse aperfeiçoamento, pois nele reside a base do bem-estar, da paz, da harmonia e da felicidade de toda a humanidade. ■

REFERÊNCIAS

- BARROSO, Gustavo. História Secreta do Brasil. RJ. Editora Nacional. 1937.
- CASTELLANI, José. A Maçonaria e sua Política Secreta. Editora Trago. 1981.
- CINTRA, Francisco de Assis. O homem da independência. História documentada de José Bonifácio, do seu pseudopatriarcado e da política do Brasil em 1822. Wentworth Press. 2016.
- _____. Na Margem da História, Histórias que não vêm na História. RJ. Editora Nacional. 1921.
- CORDEIRO, Vital Lopes. A Influência Política da Maçonaria na Pré-Independência do Brasil. DF. Editora Wizard. 2017.
- CORREA, Viriato. Terra de Santa Cruz. RJ. Editora Nacional. 1930.
- COSTA, Sérgio Corrêa da. As Quatro Coroas de Dom Pedro I. SP. Editora A Casa do Livro. 1972.
- D'ALBUQUERQUE, A. Tenório. A Maçonaria e a Independência do Brasil. 3ª edição. RJ. Editora Autora. S/data.
- DORNAS FILHO, João. Os Andradas na História do Brasil. Belo Horizonte: Gráfica Queirós Breiner. 1937.
- FAGUNDES, Morivalde Calvet. A Maçonaria e as Forças Secretas da Revolução. Editora Maçônica. 1975.
- LYRA, Heitor. História de Dom Pedro II. RJ. Editora Nacional. 1939.
- MENEZES, Manoel Joaquim de. Exposição histórica da Maçonaria no Brasil particularmente na província do Rio de Janeiro em relação com a Independência e a integridade do Império. RJ. Empresa Nacional do Diário. 1857.
- PANDIÁ CALÓGERAS, João. Formação histórica do Brasil. RJ. Editora Nacional. 1967.
- SANT'ANNA CRUZ, Almir. A História que a História não conta. A Maçonaria na Independência do Brasil. 2ª edição. RJ. Editora Maçônica Zurc. 2020.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. História da Independência do Brasil. 3ª edição. SP. Edições Melhoramentos. 1957.
- VAROLI FILHO, Theobaldo. Curso Maçonaria Simbólica, Vol. I. 2ª edição. SP. Editora A Gazeta Maçônica.



LOJAS SIMBÓLICAS DA GRANDE LOJA DA PARAÍBA

01 – LOJA SIMBÓLICA BRANCA DIAS Nº 1

FUNDAÇÃO: 10.01.1918 **RITO:** Escocês Antigo e Aceito

SESSÃO: 2ª Feira

ENDEREÇO: Avenida General Osório, 128 – Centro – João Pessoa – PB – 58010-970

LUZES: Venerável Mestre – José Sávio Vieira de Sá; Primeiro Vigilante – Valdeci Barbosa Sobrinho; Segundo Vigilante – Jaime Ramiro Gonçalves da Silva.

02 – LOJA SIMBÓLICA REGENERAÇÃO CAMPINENSE Nº 2

FUNDAÇÃO: 19.08.1923 **RITO:** Escocês Antigo e Aceito

SESSÃO: 6ª Feira

ENDEREÇO: Rua Vidal de Negreiros, 108 – Campina Grande – PB – 58100-970

LUZES: Venerável Mestre – Hermes Alves de Almeida; Primeiro Vigilante – Carlos Antonio Porto de Sousa; Segundo Vigilante – Wilson Vasconcelos Bezerra.

03 – LOJA SIMBÓLICA MILTON LÚCIO DA SILVA Nº 3

FUNDAÇÃO: 01.07.1985 **RITO:** Escocês Antigo e Aceito

SESSÃO: 5ª Feira

ENDEREÇO: Quadra 26, s/nº – Loteamento Portal – São Bento – PB – 58865-000

LUZES: Venerável Mestre – Francisco Aureliano Filho; Primeiro Vigilante – Evanildo Nunes da Rosa; Segundo Vigilante – Veneziano da Silva.

04 – LOJA SIMBÓLICA DOGIVAL COSTA Nº 4

FUNDAÇÃO: 01.12.1985 **RITO:** Escocês Antigo e Aceito

SESSÃO: 2ª Feira

ENDEREÇO: Rua Siqueira Campos, s/nº – Conj. Sta. Clara – Esperança – PB – 58135-000

LUZES: Venerável Mestre – Antonio Monteiro Costa Filho; Primeiro Vigilante – Marcos Antonio Alves; Segundo Vigilante – Wolney Duarte Belarmino.

05 – LOJA SIMBÓLICA POTYGUAR Nº 5

FUNDAÇÃO: 04.04.1931 **RITO:** Escocês Antigo e Aceito

SESSÃO: 4ª Feira

ENDEREÇO: Rua Severino Massa Spinelli, 390 – Tambaú – J. Pessoa – PB – 58039-210

LUZES: Venerável Mestre – João Pereira e Mello Júnior; Primeiro Vigilante – Aparecido Pinto de Camargo; Segundo Vigilante – Carlos Alberto Gomes da Costa.

06 – LOJA SIMBÓLICA SCHALON Nº 6

FUNDAÇÃO: 04.04.1931 **RITO:** Escocês Antigo e Aceito

SESSÃO: 4ª Feira

ENDEREÇO: Rua Sacadura Cabral, s/nº – Conj. Tambay – Bayeux – PB – 58307-480

LUZES: Venerável Mestre – Valter Elias dos Santos; Primeiro Vigilante – Marcelo Jorge Martins Pereira; Segundo Vigilante – Sérgio L. Maia Lacerda.

07 – LOJA SIMBÓLICA PEDRO TOMAZ DE MEDEIROS Nº 7

FUNDAÇÃO: 05.11.1978 **RITO:** Escocês Antigo e Aceito

SESSÃO: 5ª Feira

ENDEREÇO: Rua Roldão Zacarias de Macedo, 192 – JK – Picuí – PB – 58187-000

LUZES: Venerável Mestre – Francisco Lopes dos Santos Neto; Primeiro Vigilante – José Carlos da Silva; Segundo Vigilante – Heliomar Jadson Silva Santos.

08 – LOJA SIMBÓLICA RAIMILSON FELINTO Nº 8

FUNDAÇÃO: 04.05.1985 **RITO:** Escocês Antigo e Aceito

SESSÃO: 5ª Feira

ENDEREÇO: Rua Francisco de S. Pereira, s/nº – Pombal – PB – 58840-000

LUZES: Venerável Mestre – Daniel Casemiro da Silveira; Primeiro Vigilante – Luan Wanderley de Medeiros; Segundo Vigilante – Leydson Rodrigues de A. da Silva.

09 – LOJA SIMBÓLICA ANTONIO REMÍGIO DA SILVA Nº 9

FUNDAÇÃO: 06.08.1985 **RITO:** Escocês Antigo e Aceito

SESSÃO: 4ª Feira

ENDEREÇO: Rua Balbo Vita, s/nº – Piancó – PB – 58765-000

LUZES: Venerável Mestre – Eduart Brito de Caldas; Primeiro Vigilante – Manoel Gelson Gervásio da Silva; Segundo Vigilante – Odilon Lopes Moreira.

10 – LOJA SIMBÓLICA REGENERAÇÃO DO NORTE Nº 10

FUNDAÇÃO: 16.10.1898 **RITO:** Escocês Antigo e Aceito

SESSÃO: 5ª Feira

ENDEREÇO: Rua Duque de Caxias, 260 – 1º Andar – João Pessoa – PB – 58010-820

LUZES: Venerável Mestre – Antonio de Pádua Pereira de Melo Junior; Primeiro Vigilante – Euler Cássio Tavares de Melo; Segundo Vigilante – João de Deus Morais.

11 – LOJA SIMBÓLICA SETE DE SETEMBRO Nº 11

FUNDAÇÃO: 07.09.1911 **RITO:** Escocês Antigo e Aceito

SESSÃO: 3ª Feira

ENDEREÇO: Rua Severino Massa Spinelli, 390 – Tambaú – J. Pessoa – PB – 58039-210

LUZES: Venerável Mestre – Gilberto Lyra Stuckert Filho; Primeiro Vigilante – Hermano José da Silva Junior; Segundo Vigilante – Lúcio Mário Henrique Guedes.

12 – LOJA SIMBÓLICA AUGUSTO SIMÕES Nº 12

FUNDAÇÃO: 07.07.1946 **RITO:** Escocês Antigo e Aceito

SESSÃO: 4ª Feira

ENDEREÇO: Rua Duque de Caxias, 127 – Patos – PB – 58700-970

LUZES: Venerável Mestre – Canuto Fernandes Barreto Neto; Primeiro Vigilante – Gleidson Barbosa Palmeira; Segundo Vigilante – Moisés Rodrigues Ramos.

13 – LOJA SIMBÓLICA PRESIDENTE ROOSEVELT Nº 13

FUNDAÇÃO: 09.10.1948 **RITO:** Escocês Antigo e Aceito

SESSÃO: 4ª Feira

ENDEREÇO: Avenida General Osório, 128 – Centro – João Pessoa – PB – 58010-970

LUZES: Venerável Mestre – José Carlos Almeida Patrício; Primeiro Vigilante – Jairo Cavalcanti Novais; Segundo Vigilante – Ederilton Oliveira do Nascimento.

14 – LOJA SIMBÓLICA DUQUE DE CAXIAS Nº 14

FUNDAÇÃO: 20.06.1952 **RITO:** Escocês Antigo e Aceito

SESSÃO: 5ª Feira

ENDEREÇO: Rua Sacadura Cabral, s/nº – Conj. Tambay – Bayeux – PB – 58039-210

LUZES: Venerável Mestre – Paulo Cesar de Araújo Melo; Primeiro Vigilante – Alex Sandro Alves de Sousa; Segundo Vigilante – Elson de Morais Oliveira.

15 – LOJA SIMBÓLICA CALIXTO NÓBREGA Nº 15

FUNDAÇÃO: 19.12.1952 **RITO:** Escocês Antigo e Aceito

SESSÃO: 5ª Feira

ENDEREÇO: Rua Francisco Almeida Figueiredo, s/nº – Sousa – PB –

58800-970

LUZES: Venerável Mestre – Ednilson Queiroga da Silveira; Primeiro Vigilante – Valdemir Almeida de Matos; Segundo Vigilante – Gutemberg Sarmento da Silveira.

16 – LOJA SIMBÓLICA PROFESSOR LEÔNIDAS SANTIAGO Nº 16

FUNDAÇÃO: 08.09.1953 **RITO:** Escocês Antigo e Aceito

SESSÃO: 2ª Feira

ENDEREÇO: Rua Manoel da Silva, 303 – Areia – PB – 58397-000

LUZES: Venerável Mestre – Francisco de Assis Medeiros Jardelino; Primeiro Vigilante – Gledysonn Bruno Vieira Lobato; Segundo Vigilante – Irisvaldo Silva do Nascimento.

17 – LOJA SIMBÓLICA CARNEIRO DA CUNHA Nº 17

FUNDAÇÃO: 09.01.1956 **RITO:** Escocês Antigo e Aceito

SESSÃO: 5ª Feira

ENDEREÇO: Rua Severino Massa Spinelli, 390 – Tambaú – J. Pessoa – PB – 58039-210

LUZES: Venerável Mestre – Expedito Leite da Silva; Primeiro Vigilante – João Batista Vasconcelos; Segundo Vigilante – Raphael Phillippe Souza Barbosa.

18 – LOJA SIMBÓLICA GONÇALVES LEDO Nº 18

FUNDAÇÃO: 26.07.1958 **RITO:** Escocês Antigo e Aceito

SESSÃO: 5ª Feira

ENDEREÇO: Rua Presidente João Pessoa, 51 – Cabedelo – PB – 58310-000

LUZES: Venerável Mestre – Valmir Carneiro Araújo; Primeiro Vigilante – Clemildo Gomes Ferreira; Segundo Vigilante – Wendell dos Santos Nunes.

19 – LOJA SIMBÓLICA CANTIDIANO DE ANDRADE Nº 19

FUNDAÇÃO: 07.02.1960 **RITO:** Escocês Antigo e Aceito

SESSÃO: 4ª Feira

ENDEREÇO: Av. Venâncio Neiva, 555 – Catolé do Rocha – 58884-000

LUZES: Venerável Mestre – Alexandre Alves Dantas; Primeiro Vigilante – José Zezone Maia; Segundo Vigilante – Edinaldo da Rocha Arnaud.

20 – LOJA SIMBÓLICA UNIÃO MAÇÔNICA CAJAZEIRENSE Nº 20

FUNDAÇÃO: 07.10.1964 **RITO:** Escocês Antigo e Aceito

SESSÃO: 3ª Feira

ENDEREÇO: Rua Dr. Líbio Brasileiro, s/nº – Cajazeiras – PB – 58900-000

LUZES: Venerável Mestre – José Dias Silva; Primeiro Vigilante – Francisco Inácio de Lima; Segundo Vigilante – Francisco de Assis Alves.

21 – LOJA SIMBÓLICA JUVINO PEREIRA DA COSTA Nº 21

FUNDAÇÃO: 18.06.1967 **RITO:** Escocês Antigo e Aceito

SESSÃO: 4ª Feira

ENDEREÇO: Rua Samaritana Maria Amália de Castilho, s/nº – Cuité – PB – 58175-000

LUZES: Venerável Mestre – Jailson Gomes de Andrade Filho; Primeiro Vigilante – Francisco Pereira de Araújo Neto; Segundo Vigilante – Jairo Franklin de Medeiros Silva.

22 – LOJA SIMBÓLICA JOSÉ PESSOA DA COSTA Nº 22

FUNDAÇÃO: 20.09.1969 **RITO:** Escocês Antigo e Aceito

SESSÃO: 3ª Feira

ENDEREÇO: Rua José Cândido de Sousa, 348 – Solânea – PB – 58225-000

LUZES: Venerável Mestre – Francisco Soares Maraton Zacarias; Primeiro Vigilante – José Helton Martins de Sousa; Segundo Vigilante – Antonio Fernando Guedes dos Santos.

23 – LOJA SIMBÓLICA MESTRES DO VALE Nº 23

FUNDAÇÃO: 09.07.1969 **RITO:** Escocês Antigo e Aceito

SESSÃO: 2ª Feira

ENDEREÇO: Rua Laurínio Firmeza, s/nº – São João do Rio do Peixe – PB – 58910-000

LUZES: Venerável Mestre – Geraldo Wilson de Andrade; Primeiro Vigilante – Silvío de Jesus Dantas Neto; Segundo Vigilante – Rogério Cândido Ramalho Galvão.

24 – LOJA SIMBÓLICA SEGREDO E LEALDADE Nº 24

FUNDAÇÃO: 09.06.1989 **RITO:** Schröder

SESSÃO: 3ª Feira

ENDEREÇO: Rua Maria Helena Costa, s/nº – Anacleto – Lagoa Seca – PB – 58117-000

LUZES: Venerável Mestre – Alan David de Barros; Primeiro Vigilante – Genildo da Silva Oliveira; Segundo Vigilante – Agnaldo Oliveira.

25 – LOJA SIMBÓLICA PRESIDENTE JOÃO PESSOA II Nº 25

FUNDAÇÃO: 06.01.1972 **RITO:** Escocês Antigo e Aceito

SESSÃO: 6ª Feira

ENDEREÇO: Rua Severino Massa Spinelli, 390 – Tambaú – J. Pessoa – PB – 58039-210

LUZES: Venerável Mestre – Edmilson Oliveira da Silva; Primeiro Vigilante – David Franhani; Segundo Vigilante – Luimar Antonio Tiepolo.

26 – LOJA SIMBÓLICA TIRADENTES Nº 26

FUNDAÇÃO: 19.03.1972 **RITO:** Escocês Antigo e Aceito

SESSÃO: 3ª Feira

ENDEREÇO: Rua Epitácio Pessoa, 26 – Guarabira – PB – 58388-000

LUZES: Venerável Mestre – Leonardo Araújo Muniz; Primeiro Vigilante – Milton Bezerra Alves; Segundo Vigilante – Jurandir Fernandes da Silva.

27 – LOJA SIMBÓLICA IMPERADOR PEDRO II Nº 27

FUNDAÇÃO: 08.04.1972 **RITO:** Escocês Antigo e Aceito

SESSÃO: 5ª Feira

ENDEREÇO: Rua Visconde de Itaboray, 119 – Mamanguape – PB – 58290-000

LUZES: Venerável Mestre – ; Primeiro Vigilante – ; Segundo Vigilante –.

28 – LOJA SIMBÓLICA AURELIANO DANTAS DE ARAÚJO Nº 28

FUNDAÇÃO: 24.10.2012 **RITO:** York **SESSÃO:** 2ª Feira

ENDEREÇO: Rua Duque de Caxias, 127 – Patos – PB – 58700-970

LUZES: Venerável Mestre – Helson Torres Medeiros de Figueiredo; Primeiro Vigilante – Kydelmir Cavalcante Nunes; Segundo Vigilante – Ti-bério Barreto Barros.

29 – LOJA SIMBÓLICA NOZINHO COSME Nº 29

FUNDAÇÃO: 13.07.1997 **RITO:** Escocês Antigo e Aceito

SESSÃO: 3ª Feira

ENDEREÇO: Rua Odilon José de Assis, 228 – 1º Andar – Paulista – PB – 58860-000

LUZES: Venerável Mestre – Paulo Duarte de Assis Ferreira; Primeiro Vigilante – Eufábio Queiroga Bezerra; Segundo Vigilante – Helder de Almeida Ferreira.

30 – LOJA SIMBÓLICA BARÃO DO RIO BRANCO Nº 30

FUNDAÇÃO: 04.08.1975 **RITO:** Escocês Antigo e Aceito

SESSÃO: 2ª Feira

ENDEREÇO: Rua Peregrino de Carvalho, s/nº – Sapé – PB – 58340-000

LUZES: Venerável Mestre – José Rodrigues dos Santos Neto; Primeiro Vigilante – Esdras Machado Rodrigues H. de Lima; Segundo Vigilante – Manoel Gonçalves da Silva Neto.

31 – LOJA SIMBÓLICA VALE DO PIRANHAS Nº 31

FUNDAÇÃO: 19.10.1975 **RITO:** Escocês Antigo e Aceito

SESSÃO: 2ª Feira

ENDEREÇO: Av. Rio Piranhas, s/nº – São Gonçalo – Sousa – PB – 58814-000

LUZES: Venerável Mestre – José de Araújo Neto; Primeiro Vigilante – Alexandre Gregório dos Santos Junior; Segundo Vigilante – Iramirton de Assis Alves.

32 – LOJA SIMBÓLICA EDDEUS FEITOSA LEITE Nº 32

FUNDAÇÃO: 15.02.1976 **RITO:** Escocês Antigo e Aceito

SESSÃO: 3ª Feira

ENDEREÇO: Rua Marquês do Herval, 215 – Itaporanga – PB – 58780-000

LUZES: Venerável Mestre – Clístenes Klayton Leite de Sousa; Primeiro Vigilante – Ridelson Farias de Sousa; Segundo Vigilante – Antonio Filho Araújo dos Santos.

33 – LOJA SIMBÓLICA JOSÉ DO PATROCÍNIO Nº 33

FUNDAÇÃO: 13.05.1976 **RITO:** York **SESSÃO:** 3ª Feira

ENDEREÇO: Rua José do Patrocínio, 33 – Jacaré – Cabedelo – PB – 58310-000

LUZES: Venerável Mestre – Roberto de Almeida Neves; Primeiro Vigilante – Edilson Bernardo da Silva; Segundo Vigilante –.

34 – LOJA SIMBÓLICA PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA Nº 34

FUNDAÇÃO: 20.09.1976 **RITO:** Escocês Antigo e Aceito

SESSÃO: 4ª Feira

ENDEREÇO: Rua Presidente João Pessoa, 1123 – Alagoa Grande – PB – 58388-000

LUZES: Venerável Mestre – José Guedes Guimarães; Primeiro Vigilante – Júlio Cesar de Oliveira Muniz; Segundo Vigilante – Aguinaldo Luís da Silva Filho.

35 – LOJA SIMBÓLICA ROCHA NEGRA Nº 35

FUNDAÇÃO: 12.12.1978 **RITO:** Escocês Antigo e Aceito

SESSÃO: 4ª Feira

ENDEREÇO: Rua Severino Massa Spinelli, 390 – Tambaú – J. Pessoa – PB – 58039-210

LUZES: Venerável Mestre – Antonio Marilson Fidelis Maia; Primeiro Vigilante – Marcone Antonio Alves; Segundo Vigilante – Tarles dos Santos Souza.

36 – LOJA SIMBÓLICA JOÃO SALES DE ARAÚJO Nº 36

FUNDAÇÃO: 14.01.1979 **RITO:** Escocês Antigo e Aceito

SESSÃO: 2ª Feira

ENDEREÇO: Praça Seis de Setembro, s/nº – Belém – PB – 58255-000

LUZES: Venerável Mestre – Humberto de Medeiros Guedes; Primeiro Vigilante – Leandro Moreira do Nascimento; Segundo Vigilante – Jonas Espínola Dias da Costa Soares.

37 – LOJA SIMBÓLICA COMENDADOR ARTHUR LUNDGREN N° 37

FUNDAÇÃO: 09.01.1979 **RITO:** Escocês Antigo e Aceito

SESSÃO: 2ª Feira

ENDEREÇO: Rua do Bom Fim, 43 – Rio Tinto – PB – 58297-000

LUZES: Venerável Mestre – Jânio França do Nascimento; Primeiro Vigilante – Marquicel Amadeu de Oliveira; Segundo Vigilante – Antonio de Oliveira Santos.

38 – LOJA SIMBÓLICA VIGILANTES DE CANAÃ N° 38

FUNDAÇÃO: 19.04.1979 **RITO:** Escocês Antigo e Aceito

SESSÃO: 3ª Feira

ENDEREÇO: Rua José Galdino Neto, s/n° – BR 405 KM 10 – Uiraúna – PB – 58915-000

LUZES: Venerável Mestre – Manoel Geraldo Fernandes Junior; Primeiro Vigilante – Francinaldo Amaro de Oliveira; Segundo Vigilante – Moisés Fernandes de Almeida.

39 – LOJA SIMBÓLICA DELTA DA PARAÍBA N° 39

FUNDAÇÃO: 13.05.1983 **RITO:** Escocês Antigo e Aceito

SESSÃO: 2ª Feira

ENDEREÇO: Rua Severino Massa Spinelli, 390 – Tambaú – J. Pessoa – PB – 58039-210

LUZES: Venerável Mestre – Marcus Homero Pereira de Oliveira; Primeiro Vigilante – Mário Alcione de Queiroz Bezerra; Segundo Vigilante – Luiz de Souza Monteiro Neto.

40 – LOJA SIMBÓLICA CINCO DE JULHO N° 40

FUNDAÇÃO: 01.09.1999 **RITO:** Escocês Antigo e Aceito

SESSÃO: 4ª Feira

ENDEREÇO: Rua Presidente João Pessoa, s/n° – Conceição – PB – 58970-000

LUZES: Venerável Mestre – Vander Carlos Rodrigues Valões; Primeiro Vigilante – Manoel Lindemberg N. de Freitas; Segundo Vigilante – Marcos Fabiano O. Mangueira.

41 – LOJA SIMBÓLICA ACÁCIA DA BORBOREMA N° 41

FUNDAÇÃO: 27.10.1999 **RITO:** Escocês Antigo e Aceito

SESSÃO: 4ª Feira

ENDEREÇO: Siqueira Campos, 1514, 1º Andar – Conceição – C. Grande – PB – 58108-540

LUZES: Venerável Mestre – Luciano de Oliveira; Primeiro Vigilante – Tarcísio Fernandes Feitosa; Segundo Vigilante – Coreolano Ramalho da Costa.

42 – LOJA SIMBÓLICA CAVALEIROS DO SOL N° 42

FUNDAÇÃO: 01.01.2000 **RITO:** York

SESSÃO: 5ª Feira

ENDEREÇO: Rua Severino Massa Spinelli, 390 – Tambaú – J. Pessoa – PB – 58039-210

LUZES: Venerável Mestre – Antonio Vasconcelos de Lima Filho; Primeiro Vigilante – Venceslau José Almeida; Segundo Vigilante – Luciano Lima Gomes da Costa.

43 – LOJA SIMBÓLICA ESTRELA DE ARAÇÁ N° 43

FUNDAÇÃO: 30.07.2000 **RITO:** Escocês Antigo e Aceito

SESSÃO: 4ª Feira

ENDEREÇO: Av. Antonio Correia Lima, 365 – Marí – PB – 58345-000

LUZES: Venerável Mestre – João Lucas da Silva; Primeiro Vigilante – Josvy Ellon Lima da Silva; Segundo Vigilante – Joelson Silva de Macena.

44 – LOJA SIMBÓLICA GRÃO-MESTRE OLEGÁRIO LINS E SILVA N° 44

FUNDAÇÃO: 03.07.2001 **RITO:** Escocês Antigo e Aceito

SESSÃO: 3ª Feira

ENDEREÇO: Avenida General Osório, 128 – Centro – João Pessoa – PB – 58010-970

LUZES: Venerável Mestre – Autran da Nóbrega Alves; Primeiro Vigilante – Flauber Augusto Faria Camargo; Segundo Vigilante – Geórgio Patrick Santos Pimenta.

45 – LOJA SIMBÓLICA PAZ E HARMONIA N° 45

FUNDAÇÃO: 06.07.2001 **RITO:** Escocês Antigo e Aceito

SESSÃO: 2ª Feira

ENDEREÇO: Rua Severino Massa Spinelli, 390 – Tambaú – J. Pessoa – PB – 58039-210

LUZES: Venerável Mestre – Sérgio Carneiro da Silva; Primeiro Vigilante – Luiz Gustavo de Aguiar Corrêa Moura; Segundo Vigilante – Benigno Monteiro Fulgêncio.

46 – LOJA SIMBÓLICA OS ÚLTIMOS TEMPLÁRIOS N° 46

FUNDAÇÃO: 18.03.2003 **RITO:** Escocês Antigo e Aceito

SESSÃO: 3ª Feira

ENDEREÇO: Rua Severino Massa Spinelli, 390 – Tambaú – J. Pessoa – PB – 58039-210

LUZES: Venerável Mestre – Clidenor de Souza Lima Junior; Primeiro Vigilante – Radamir Lira de Sousa; Segundo Vigilante – Valdeni Chaves da Silva.

47 – LOJA SIMBÓLICA FIDELITAS N° 47

FUNDAÇÃO: 01.05.2009 **RITO:** York

SESSÃO: 4ª Feira

ENDEREÇO: Rua José do Patrocínio, 33 – Jacaré – Cabedelo – PB – 58310-000

LUZES: Venerável Mestre – Antonio Fernando G. dos Santos; Primeiro Vigilante – Luciano Gonçalves Andrade Jr; Segundo Vigilante – Bruno Emmanuel M. Nascimento.

48 – LOJA SIMBÓLICA CAVALEIROS DO TEMPLO SAGRADO N° 48

FUNDAÇÃO: 09.03.2013 **RITO:** York

SESSÃO: 4ª Feira

ENDEREÇO: Rua Dr. Líbio Brasileiro, s/n° – Cajazeiras – PB – 58900-000

LUZES: Venerável Mestre – Raphael Lins de Freitas; Primeiro Vigilante – Isaías de Oliveira Ehrich; Segundo Vigilante – Thiago Batista da Silva.

49 – LOJA SIMBÓLICA ACÁCIA DA SERRA N° 49

FUNDAÇÃO: 20.09.2015 **RITO:** Escocês Antigo e Aceito

SESSÃO: Sábado

ENDEREÇO: Av. Cel. Pedro Targino, s/n° – Araruna – PB – 58233-000

LUZES: Venerável Mestre – Aurélio Gomes de Almeida; Primeiro Vigilante – José Edvaldo Pereira dos Santos; Segundo Vigilante – Jairo José da Silva Gualberto.

50 – LOJA SIMBÓLICA IRMÃO JOÃO BATISTA ROCHA N° 50

FUNDAÇÃO: 24.01.2017 **RITO:** Escocês Antigo e Aceito

SESSÃO: 2ª Feira

ENDEREÇO: Av. São Sebastião, s/n° – Capim – PB – 58287-000

LUZES: Venerável Mestre – Péricles Viana de Oliveira; Primeiro Vigilante – Mário Sérgio F. Pontes; Segundo Vigilante – Fredy Moreira Leão.

51 – LOJA SIMBÓLICA FORTALEZA DA PAZ N° 51

FUNDAÇÃO: **RITO:** Escocês Antigo e Aceito **SESSÃO:** 2ª Feira

ENDEREÇO: Rua Duque de Caxias, 260 – 1º Andar – João Pessoa – PB – 58010-820

LUZES: Venerável Mestre – José Daniel Alves Balbino; Primeiro Vigilante – Ricardo Cavalcante do Nascimento; Segundo Vigilante – Ramon Maia de Lima.

52 – LOJA SIMBÓLICA CAVALEIROS DE AÇO N° 52

FUNDAÇÃO: 20.07.2019 **RITO:** Escocês Antigo e Aceito

SESSÃO: 2ª Feira

ENDEREÇO: Rua Francisco de S. Pereira, s/n° – Pombal – PB – 58840-000

LUZES: Venerável Mestre – Eutrópio Maia de Vasconcelos Filho; Primeiro Vigilante – Roberes Ramos de Almeida; Segundo Vigilante – Edinaldo Ferreira da Silva.

LOJAS DE ESTUDOS E PESQUISAS DA GRANDE LOJA DA PARAÍBA

01 – LOJA DE ESTUDOS E PESQUISAS RENASCENÇA N° 1

FUNDAÇÃO: 05.05.2003 **SESSÃO:** Última segunda-feira do mês

ENDEREÇO: Rua Vidal de Negreiros, 108 – Campina Grande – PB – 58100-970

LUZES: Venerável Mestre – João Clementino Filho; Primeiro Vigilante – Alveriano de Santana Dias; Segundo Vigilante – Auto Martins da Costa.

02 – LOJA DE ESTUDOS E PESQUISAS ADAUTO MAXIMIANO DOS SANTOS N° 2

FUNDAÇÃO: 01.02.2013 **SESSÃO:** Todas as segundas-feiras

ENDEREÇO: Rua Duque de Caxias, 127 – Patos – PB – 58700-970

LUZES: Venerável Mestre – Clodomiro Alves de Medeiros; Primeiro Vigilante – Marcos Antonio de Araújo Leite; Segundo Vigilante – Geraldo da Costa Palmeira.

03 – LOJA DE ESTUDOS E PESQUISAS VERUS SAPIENTIA N° 3

FUNDAÇÃO: 01.01.2014 **SESSÃO:** Última sexta-feira do mês

ENDEREÇO: Rua Severino Massa Spinelli, 390 – Tambaú – J. Pessoa – PB – 58039-210

LUZES: Venerável Mestre – Teldson Douetts Sarmiento; Primeiro Vigilante – José Carlos Farias de Brito Filho; Segundo Vigilante – José Milson Gomes.



Grande Loja Maçônica do Estado da Paraíba

